

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A falácia dos privilégios salariais no serviço público - TENDENCIAS / DEBATES 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Operação vê esquema de sonegação de R\$ 1 bi ligado ao café em 4 estados 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Indústria e serviços puxam abertura de 260 mil vagas no Caged em janeiro 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Exclusão do ICMS do PIS/Cofins deve entrar na pauta do segundo semestre 8

TV RECORD - DF - BALANÇO GERAL - MANHÃ
SEGURIDADE SOCIAL

Governo prorroga até julho necessidade de beneficiário provar que está vivo 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - SAÚDE
SERVIDOR PÚBLICO

Senado aprova projeto que prevê até três anos de prisão para quem furar fila da vacina
..... 11

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Governo envia projeto para garantir salários de servidor em abril 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"O que funciona é isolamento e vacina" 13

O GLOBO - RJ - PAÍS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Abertos a pautas conservadoras e liberais 17

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - E AGORA BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Agenda de reformas precisa avançar 20

O GLOBO - ON LINE - RJ - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

E Agora, Brasil?: Pacheco e Lira abertos a pautas conservadoras e liberais 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Covid-19 e os nocivos reflexos sobre os preços dos insumos médicos - TENDENCIAS /
DEBATES 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

STJ rejeita recursos de Flávio e garante sobrevida a apuração de 'rachadinhas' 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

STF barra taxar doação e herança no exterior, mas não permite restituição 29

O GLOBO - RJ - PAÍS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
PF investiga suspeita de tráfico de influência de Jair Renan.....	32
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
"Adotar renda básica faria o Brasil gastar menos", diz Bregman.....	33
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Emprego formal em janeiro bate recorde.....	38
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Aumento na taxa básica seria cloroquina da política econômica (2).....	40
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Cesta básica fica 33% mais cara sob Bolsonaro, e lista de compras encolhe.....	41
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
PEC do auxílio emergencial cria nova regra com limite para a dívida pública.....	44
O GLOBO - RJ - OPINIÃO POLÍTICA	
Nova reforma política seria um retrocesso (3).....	48

A falácia dos privilégios salariais no serviço público - TENDENCIAS / DEBATES

César Rennó Costa

O maior peso do ajuste fiscal da recém-aprovada PEC Emergencial recaiu sobre o funcionalismo. É fácil compreender o motivo: teima-se com a falsa premissa de que os funcionários públicos do país são privilegiados e preguiçosos.

Esse senso comum é regularmente inflamado pela demagogia política e encontra um respaldo descabido na pretensa objetividade de análises simplistas de dados.

O erro mais recorrente é estereotipar uma classe tão diversa diante de disparidades evidentes -como, por exemplo, o salário inicial de um juiz federal ser 35% maior que o vencimento em final de carreira de um professor universitário.

Estudos repercutidos nesta Folha refletem o problema.

Pesquisadores da FGV enxergaram nos dados da **Receita Federal** um indicativo de vantagem salarial de **servidores públicos** federais. Compararam o Distrito Federal com estados de maior complexidade geográfica e ignoraram que os ganhos reportados para Brasília são compatíveis com cidades semelhantes e bem superiores a outras com alta prevalência de **servidores públicos**.

Reportagens baseadas em dados do IBGE e do Banco Mundial indicam que, em média, os **servidores públicos** ganham 20% a mais que trabalhadores no setor privado. O valor está abaixo da média mundial e torna-se quase insignificante quando o Judiciário é retirado da análise. Juntam-se ainda, no mesmo bolo, todas as carreiras, incluindo aquelas não existentes no serviço público ou no setor privado. Além do mais, ignoram-se nuances, como a maior proporção de médicos no setor público, por exemplo. Como consequência, há um desequilíbrio amostral que envia o resultado publicado.

É fácil encontrar exceções às conclusões desses estudos. Na era da ciência de dados, da transparência e da economia digital, não tem sentido ignorar os microdados. Há que se olhar de forma diferente o que é diferente.

Vejamos. Os salários iniciais em universidades

privadas de elite, como FGV e Mackenzie, são entre 20% e 30% superiores aos pagos em cargo equivalente em uma instituição pública federal como UFRJ e UFMG, que, neste patamar de salário, sujeita o profissional a um regime de dedicação exclusiva.

O maior aumento médio no serviço público nos últimos anos contrasta com o fato de o salário inicial de um professor universitário ser, hoje, 23% mais baixo que na época do governo FHC. **Servidores públicos** não têm data-base, que permite correção salarial periódica na iniciativa privada, sendo necessária lei específica para majorar os seus vencimentos. Como congelamento dos salários imposto pela PEC 186 por 15 anos, os vencimentos dos servidores serão corroídos à metade pela **inflação**. Para algumas carreiras, o tal "lobby do funcionalismo" não é tão efetivo.

Quanto às empresas estatais, as referências estratificadas e compiladas por firmas de recursos humanos revelam, por exemplo, que o salário de um advogado dos Correios está na média dos pagamentos realizados por grandes companhias-e que um analista financeiro do Banco do Brasil recebe menos que três quartos dos profissionais em instituições privadas semelhantes.

E mais difícil traçar paralelos para as carreiras sem equivalência como mercado e, nesses casos, deve-se observar prática internacional. Como exemplo, a imensa distância entre o salário de juízes e professores no Brasil, fato que não é observado em outros países.

Importante ressaltar que não faltam exemplos de bom desempenho do serviço público. As universidades públicas encabeçam as listas de prestígio em ensino e pesquisa na América Latina. A Embrapa busca tornar o país uma potência mundial na produção de trigo, repetindo o que foi feito com a soja. O SUS é o maior sistema de saúde do mundo e, ainda assim, presta o serviço a um custo de menos que a metade dos planos de saúde mais econômicos. E é graças às instituições públicas Fiocruz e Butantan que hoje temos vacinas contra a Covid-19 no Brasil.

Fica evidente que somente com uma discussão aprofundada-que não ignore a heterogeneidade do serviço público e seja cirúrgica no apontamento dos

privilégios- será possível organizar uma reforma realmente justa, que garanta a solvência fiscal do Estado. Com um debate honesto, é possível avançar a reforma administrativa preservando a imagem do funcionalismo público.

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

Operação vê esquema de sonegação de R\$ 1 bi ligado ao café em 4 estados

Marcelo Toledo - ribeirão preto

Após dois anos de investigação, uma operação de combate a fraudes tributárias no setor de café identificou desvios superiores a R\$ 1 bilhão em **impostos** estaduais e federais num esquema de sonegação que envolvia negociações no Paraná, em Minas Gerais, em São Paulo e no Espírito Santo.

Só em Minas, foram identificados R\$ 500 milhões em desvios (valor que inclui operações com outros estados). O esquema consistia em sonegação de **impostos** e creditação indevida de ICMS na compra e venda de café em grão cru em vendas interestaduais.

Deflagrada nesta terça (16), a operação colocou mais de 800 agentes da Receita (Federal e estaduais) e policiais nas ruas para cumprir 220 mandados judiciais, sendo 35 de prisão temporária, 124 de busca e apreensão e 61 de sequestro de bens nos quatro estados.

Segundo a força-tarefa da Operação Expresso, atacadistas e corretores de café da região de Londrina, no norte paranaense, permitiam a torrefações do estado a compra do café em grão cru de duas formas: ou destinando o grão com créditos fraudulentos de ICMS oriundos de notas fiscais falsas ou sem o recolhimento de **tributos**.

Independentemente da forma, a mercadoria era proveniente de Minas Gerais e do Espírito Santo, vendida por cooperativas e produtores desses estados com notas destinadas a empresas de fachada localizadas nos dois estados.

Com isso, as operações possibilitavam que não fosse recolhido o ICMS sobre as notas falsas. Ao mesmo tempo, outra empresa do tipo, em São Paulo, emitia notas falsas para atacadistas e torrefações paranaenses.

Nos dois tipos de compra ilegal do café em grão, os destinatários do Paraná se beneficiavam com o crédito de ICMS de operações fraudulentas interestaduais que nunca foram pagos.

"Temos a importância [da operação] para combater a concorrência desleal. Quem não está no esquema fraudulento não tem condições de competir com essas

empresas", disse o delegado da **Receita Federal** em Londrina, Reginaldo Cezar Cardoso.

Segundo ele, vários elos da cadeia acabam se beneficiando dessa fraude, como grandes atacadistas, corretores de café em grãos, transportadores, proprietários e representantes de torrefações.

A operação permitiu ainda, de acordo com ele, que a força-tarefa chegasse aos mentores intelectuais das fraudes. "A gente sempre chegava com facilidade às empresas laranjas e com mais dificuldade nos reais beneficiários." Foram cumpridos mandados em 39 municípios, como Londrina, Maringá e Cornélio Procópio (PR), São Paulo, Espírito Santo do Pinhal, Hortolândia, Leme, São Bernardo do Campo e Santos (SP), Vitória, Colatina e Vila Velha (ES) e Belo Horizonte, Andradas, Itamogi, Ouro Fino, Poços de Caldas, São Sebastião do Paraíso e Varginha (MG).

O valor devido em **impostos** pelos envolvidos no esquema chega a R\$ 1 bilhão incluindo multas e correção monetária.

Na entrevista coletiva em Londrina, coordenadores da operação fizeram um paralelo com a vacinação da Covid-19 e disseram que o montante seria suficiente para a aquisição de mais de 17 milhões de doses de vacina ou para a implantação de 5.540 leitos de UTI.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49468>

Indústria e serviços puxam abertura de 260 mil vagas no Caged em janeiro

Ana Conceição, Mariana Ribeiro e Lu AikoOta

Puxado pela criação de empregos na indústria e nos serviços, o mercado de trabalho brasileiro registrou em janeiro um saldo positivo de 260.353 vagas com carteira assinada, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia.

Houve forte criação de vagas na indústria (90,4 mil vagas) e nos serviços (83,6 mil), estes puxados por atividades administrativas, de informação, comunicação e financeiras, atividades típicas do home office. Saúde e serviços sociais, movimentados pela pandemia, também tiveram saldo positivo em janeiro (20 mil). Construção (43.498), agricultura (32.986) e comércio (9.848) completam o quadro.

O número surpreendeu economistas, que esperavam um dado positivo, mas nem tanto. A mediana das estimativas coletadas pelo Valor Data era de 180 mil empregos. O país costuma criar vagas em janeiro, mas não nessa magnitude. A média histórica é de 52 mil postos no mês.

Para o ministro da Economia, Paulo Guedes, o dado é mais um a apontar que a economia está se recuperando. O outro foi o índice de Atividade do Banco Central (IBC-Br), de janeiro, que subiu 1,04%, o dobro do esperado. Ele informou ontem que, possivelmente, será anunciado um recorde de arrecadação pela **Receita Federal** nos próximos dias.

Já economistas disseram que o Caged de janeiro foi positivo, mas mais uma vez apontaram que a quebra da série histórica do cadastro no ano passado dificulta uma análise mais acurada. Há meses, alguns levantam a possibilidade de sub notificação nos desligamentos. Empresas que fecharam ou paralisaram temporariamente as atividades podem ter demitido sem repassar a informação ao governo.

Daniel Duque, pesquisador Ibre-FGV, diz que, com a virada do ano, a subnotificação tenderia a voltar ao normal. Ele observa que, feito o ajuste sazonal no dado, há desaceleração na criação de emprego, mas mesmo assim nível continua inexplicavelmente alto.

Lucas Assis, da Tendências Consultoria, diz que, em parte, os números indicam a efetividade do Programa

de Manutenção do Emprego e Renda (BEm) pelo qual empresas que suspenderam contratos ou reduziram jornada e salários. Ele observa que admissões cresceram 1,3% sobre janeiro do ano passado, e as demissões caíram 8,8% na mesma comparação.

O secretário de Trabalho, Bruno Dalcolmo, afirmou que, em janeiro, ainda havia 3,5 milhões de trabalhadores com garantia de emprego devido ao BEm. Guedes disse que o programa foi "muito bem formulado", preservou 11 milhões de empregos e será reeditado.

Analistas afirmam que é preciso levar em conta a desaceleração na geração de emprego quando feito o ajuste sazonal. Cálculo da MCM Consultores mostra que o saldo saiu de 374 mil em dezembro para 240 mil em janeiro, depois de oito meses seguidos de crescimento.

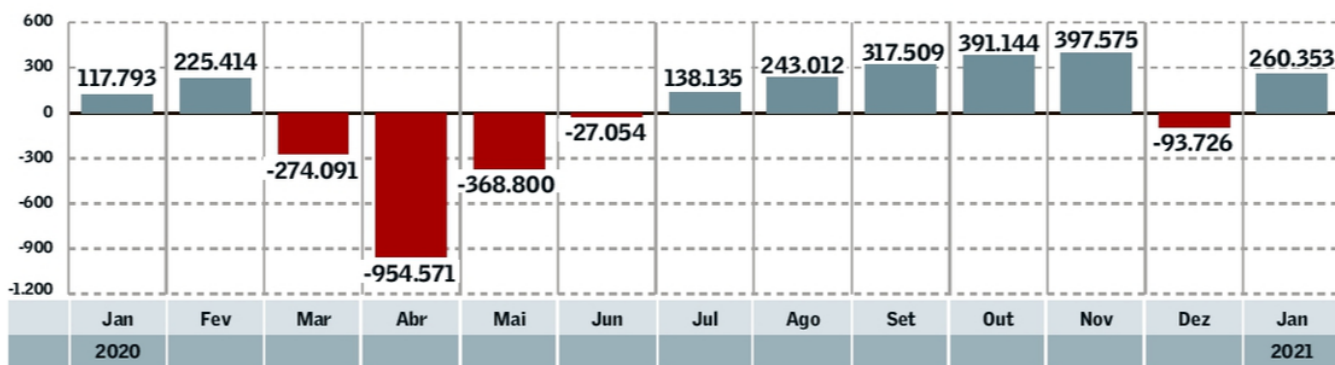
O arrefecimento da demanda devido ao encerramento do auxílio emergencial pode ter tido efeitos sobre o emprego no comércio e em outros setores, diz a consultoria. Mas para a casa é difícil dizer se o enfraquecimento da geração de emprego se repetirá nos próximos meses. De um lado, os efeitos da pandemia e o aumento da incerteza devem afetar negativamente as decisões de contratação e incentivar demissões. De outro lado, a renovação do auxílio emergencial e do programa de manutenção de emprego, o BEm, pode favorecer as contratações a curto prazo.

Tiago Cabral, da IDados, diz que uma desaceleração do emprego é esperada para fevereiro e março, quando a pandemia piorou e medidas de restrição mais rígidas foram decretadas. O segundo semestre pode trazer alguma recuperação com o avanço da vacinação e uma flexibilização maior das medidas de isolamento social, diz Assis. Rodolfo Margato, da XP Investimentos, afirma que a dinâmica é preocupante, com deterioração do setor informal e o aumento de pessoas em busca de trabalho.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Evolução do emprego formal no Brasil

Saldo mensal entre admissões e demissões



Fonte: Caged - Ministério da Economia

Exclusão do ICMS do PIS/Cofins deve entrar na pauta do segundo semestre



Luiz Fux: ofício aos tribunais para que não enviem mais recursos ao STF

Joice Bacelo Do Rio

O ministro Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), avalia incluir na pauta de julgamentos do segundo semestre o processo de maior impacto econômico para a União - a chamada tese do século, que trata sobre a exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins. São R\$ 250 bilhões em jogo nesse caso.

A afirmação sobre a data do julgamento foi feita pela assessoria da presidência do STF ao Valor poucas horas depois de eclodir entre advogados tributaristas um ofício que foi enviado por Fux aos tribunais regionais federais.

O presidente do Supremo pediu para que os desembargadores não enviem mais recursos sobre esse tema à Corte. A orientação é para que fiquem represados na segunda instância até que os ministros coloquem um ponto final nessa história.

O desfecho depende unicamente do julgamento do recurso que Fux avalia pautar para o segundo semestre. Os ministros decidiram pela exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins em março de 2017. Naquele mesmo ano a União apresentou embargos de declaração.

Pede para que o resultado seja modificado e, se isso não acontecer, que seja aplicada, então, a chamada

modulação de efeitos - o que faria com que a decisão tivesse validade somente para período posterior ao julgamento dos embargos.

Esse recurso foi liberado para julgamento pela relatora do caso, a ministra Cármen Lúcia, em julho de 2019. Já entrou e saiu da pauta algumas vezes. A última delas em 1º de abril de 2020. Os advogados fazem piada com a data. Dizem ter sido a maior "mentira tributária" dos últimos anos.

No ofício encaminhado aos tribunais regionais, Fux fala em resguardar a "segurança jurídica". Cita o recurso da União e frisa que existe parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR) favorável à modulação de efeitos.

Esse documento caiu como uma bomba no meio jurídico. "É muito grave. O ofício pede para que os processos não subam mais para o STF. Mas sabemos que, na prática, os tribunais podem, por conta disso, acabar suspendendo tudo", diz o advogado Tiago Conde, sócio do escritório Sacha Calmon.

E, nesse caso, acrescenta, haveria enorme prejuízo para as empresas. Com a paralisação dos processos, elas não têm uma decisão final sobre os seus casos (trânsito em julgado). Conseqüentemente, não conseguem receber de volta o que pagaram a mais em **tributos**.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) havia pedido, já há bastante tempo, para que a ministra Cármen Lúcia suspendesse, em todo o país, a tramitação dos processos que discutem a exclusão do ICMS.

Ela não atendeu a solicitação. Ontem, quando o ofício de Fux veio à tona, alguns advogados entenderam como se ele estivesse "passando por cima" das decisões da relatora.

Existem, atualmente, 9,3 mil ações sobre esse tema no Judiciário e inúmeras outras já foram encerradas. As empresas utilizaram, em 2020, R\$ 63,6 bilhões em créditos fiscais decorrentes de disputas na justiça - 174% a mais que no ano anterior. O forte crescimento, afirma a **Receita Federal**, está relacionado ao trânsito em julgado de ações sobre a exclusão do ICMS do PIS e da Cofins.

Dos cinco tribunais regionais federais no país, somente um, o TRF da 3ª Região, com sede em São Paulo, já estava, antes do ofício encaminhado por Fux, com a tramitação dos processos suspensa - represando os recursos ao STF. São casos, por exemplo, em que a empresa obteve uma decisão favorável nas turmas do tribunal e a Fazenda Nacional recorreu por entender que há discussão pendente sobre a matéria abrangida pelos embargos de declaração.

"O travamento do processo embaixo [na segunda instância] tem de ser algo temporário. Não pode ser um instrumento de suposta preservação da segurança jurídica. O mérito desse caso foi decidido lá em 2017. Esses embargos estão pendentes há muito tempo. Segurança jurídica é tomar a decisão que precisa ser tomada", diz o advogado Julio Janolio, sócio do Vinhas e Redenschi.

Além da possibilidade de os processos ficarem travados, os advogados temem que o ofício de Fux seja um indicativo sobre a modulação de efeitos. "O STF está modulando. Modulou quando decidiu sobre a tributação do software e sobre o diferencial de alíquotas de ICMS nas transações do e-commerce. Isso pode ser um indício de "segura aí que vai surgir alguma coisa aqui"", afirma Edison Fernandes, do FF Advogados.

Em nota, o STF afirma que o pedido de Luiz Fux não ultrapassa, de forma alguma, a competência da relatora do caso. "Cabe somente a ela decidir sobre os pedidos no âmbito do processo. O presidente do STF não realizou qualquer determinação nesse sentido", diz.

O ofício aos tribunais regionais ocorre em cumprimento do artigo 1.030 do Código de Processo Civil, segundo a nota. Esse dispositivo estabelece que presidentes e vices dos tribunais, ao se depararem com recursos ao STF que tratem de controvérsias em caráter repetitivo ainda não decididas, não remetam novos casos à instância superior. "Isso não significa que devam paralisar o andamento dos processos, mas apenas, caso entendam conveniente, deixem de enviar à Suprema Corte novos recursos até que o plenário solucione a questão", afirma.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186745

Governo prorroga até julho necessidade de beneficiário provar que está vivo



Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/03/17/TVRECORDDF-06.49.52-06.52.27-1615975898.mp4>

Senado aprova projeto que prevê até três anos de prisão para quem furar fila da vacina

Renato Machado - Brasília

O Senado aprovou nesta terça-feira (16) projeto de lei que estabelece direitos para a população durante o processo de vacinação, incluindo contra a Covid-19. O texto prevê, por exemplo, o direito a um acompanhante e pena de até três anos de detenção para quem furar a fila de prioridades para receber o imunizante.

A proposta do senador Styvenson Valentim (Podemos-RN) foi aprovada em votação simbólica pelos senadores. Agora segue para votação na Câmara dos Deputados para, em seguida, caso aprovada novamente na outra Casa legislativa, ir à sanção seguir para a sanção do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

O texto aprovado pelos senadores prevê pena de um a três anos de prisão para quem "infringir, de qualquer modo, a ordem de prioridade da vacinação estabelecida pelo poder público, durante situação de emergência em saúde pública de importância nacional, a fim de antecipar sua vacinação ou a de outrem", afirma o texto. A pena é aumentada de um terço à metade se o agente, sabendo da irregularidade, é autoridade ou funcionário público que contribui para a prática do crime.

A previsão de pena para quem furar a fila da vacinação também está prevista, praticamente com os mesmos termos, em projeto aprovado na Câmara dos Deputados no mês passado e que deve ser analisado pelo Senado.

Em relação aos direitos, a proposta prevê que as pessoas podem ter um acompanhante durante a vacinação. O texto afirma que os vacinados poderão registrar o momento, seja por meio de fotos ou vídeos. As práticas serão permitidas desde que não dificultem o trabalho dos agentes de saúde.

O projeto de lei também prevê que as pessoas que receberem a vacina poderão acompanhar o ato de marcação do lote da imunização aplicada no cartão de vacinação respectivo.

"A previsão de se garantir a presença de um acompanhante durante a vacinação, o registro desse ato, bem como o acompanhamento da marcação do

lote da vacina no cartão de vacinação respectivo, são providências bastante razoáveis, sobretudo em tempos de pandemia, pois são direitos que conferem maior segurança de que a vacina aplicada está correta e a inoculação do imunizante foi feita de modo adequado", afirma o relatório da proposta, do senador Álvaro Dias (Podemos-PR).

"De fato, têm sido observados e investigados casos até mesmo de vacinação forjada, com desvio dos imunizantes. A edição da norma, portanto, tem a possibilidade de evitar esses problemas e tranquilizar a população." A proposta também prevê pena de seis meses a dois anos de detenção e mais multa para os agentes de saúde ou demais servidores que desrespeitarem esses direitos, além de eventuais sanções administrativas. O relator acabou aumentando nesse quesito a pena, uma vez que a proposta original previa pena de três meses a um ano e mais multa.

O relator aceitou uma emenda proposta que visa a evitar que os agentes de saúde e funcionários públicos sejam expostos indevidamente por meio da divulgação dos registros das pessoas vacinadas, afirmando que esses registros devem "preservar a honra e a imagem das pessoas envolvidas".

Os senadores aprovaram requerimentos para a realização de uma audiência com o futuro ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, para prestar esclarecimentos sobre as ações de enfrentamento à pandemia. O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), afirmou que Queiroga vai participar de sessão na Câmara, tão logo assuma oficialmente o cargo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49468>

Governo envia projeto para garantir salários de servidor em abril

MANOEL VENTURA manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Como o Orçamento de 2021 ainda não foi aprovado, o governo enviou ao Congresso um projeto de lei para garantir o pagamento de salário de funcionários públicos civis e militares a partir de abril. A situação está mais crítica nas Forças Armadas, que podem ficar sem dinheiro em abril.

A situação se repete em outros órgãos, como o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, onde não há dinheiro a partir de maio.

O próprio Ministério da Economia, além de órgãos vinculados como IBGE e Ipea, só tem dinheiro para pagar servidores até este mês.

A falta de recursos se deve a vários fatores e está ligada diretamente a uma regra orçamentária, prevista na Constituição, que proíbe o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários e aposentadorias.

Por causa da sequência de rombos nas contas públicas, essa regra vem sendo quebrada desde 2019. Para evitar punição, o governo encaminha ao Congresso, desde então, um pedido para se endividar. Enquanto o pedido é feito, várias despesas dependem de autorização dos parlamentares.

A situação piorou este ano porque o Orçamento total ainda não foi aprovado. Por isso, não é possível, tecnicamente, fazer adequações dentro dos próprios órgãos para garantir o pagamento dos salários.

O projeto enviado ao Congresso esta semana tenta resolver essa situação ao permitir a troca de fontes orçamentárias. O recurso que será liberado não foi informado, mas deve ser suficiente enquanto o Orçamento não é aprovado.

A votação do Orçamento seja concluída até abril.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"O que funciona é isolamento e vacina"



Márcia De Chiara

Frederico Trajano, presidente do Magazine Luiza, uma das principais redes de varejo do País e que conseguiu se destacar em meio à crise sanitária por conta das vendas online, diz que o Brasil não decola por incompetência no controle da pandemia.

Ele não vê uma saída para a retomada consistente da atividade sem uma vacinação em massa. "O erro na questão sanitária foi grave", afirma o executivo, que considera o Brasil um dos piores no combate ao novo coronavírus. Não fosse a pandemia, Trajano acredita que 2020 e 2021 seriam espetaculares para a economia, em razão dos juros baixos e de várias mudanças feitas nos últimos quatro anos em pilares importantes, como a Previdência, a questão trabalhista e o teto de gastos, por exemplo.

Apesar das dificuldades do momento e da falta de horizonte para a saída da crise, o empresário prefere enxergar o copo como "meio cheio" e ressalta que existem bolsões de oportunidades a serem exploradas na economia, como a digitalização do varejo e de outros setores, tendência que, na sua opinião, deve continuar no pós-pandemia.

A conversa com Trajano abre a série de entrevistas com presidentes de grandes empresas que vão tentar apontar caminhos para o Brasil retomar o crescimento econômico.

- O que precisa ser feito para que a economia brasileira volte a crescer?

Hoje o Brasil não decola por uma incompetência no controle da pandemia.

O País não é o único com dificuldade de controlar a crise sanitária, mas, na minha opinião, está sendo um

dos piores. A gente se planejou muito mal para a vacina, o nosso sistema de saúde está sobrecarregado.

Poderíamos estar numa posição muito melhor. O erro na questão sanitária foi grave. Sem o controle da pandemia é impossível recuperar a economia. Também houve casos, como a troca do presidente da Petrobrás, que minaram a confiança dos investidores. No mercado financeiro, seja no mercado de capitais, seja no mercado mais abrangente, transmitir confiança numa agenda é superimportante. Acredito que nós teríamos todas as condições, no ano passado e neste ano, para estarmos numa situação econômica espetacular.

- Que condições são essas?

Se voltássemos quatro anos e disséssemos para um brasileiro que a reforma trabalhista e previdenciária seriam feitas, que o Banco Central teria autonomia, que teríamos o marco do saneamento, teto de gastos, marco civil da internet, open banking, Pix e os juros mais baixos da história, ele duvidaria.

As pessoas iriam achar uma agenda impossível. Evoluímos significativamente nesses quatro anos. Do ponto de vista de reformas estruturais, o grosso já foi feito. Na prática, o que está faltando fazer são duas reformas importantes, a administrativa e a tributária. Acho que a **reforma tributária** vai reorganizar e simplificar, mas ela não terá como reduzir a carga tributária.

Ela é importante, mas relativamente menos do que as outras.

Não acho que esteja faltando uma grande agenda de reforma no Congresso, fora essas que estou falando.

- O juro baixo é apontado pelo sr. como um ponto positivo, mas ele deve voltar a subir para conter a alta da **inflação**. Como fica essa questão?

Mesmo que o juro suba, ainda vai continuar baixo em relação aos últimos anos. E juro tão baixo como o atual é uma realidade muito nova que, quando estávamos começando a colher os frutos dela, entramos na pandemia.

Quando se faz política econômica com juros baixos, o crescimento demora um pouco para aparecer, mas quando vem, vem com consistência.

E depende-se menos do governo. As captações estão batendo recorde este ano e em algum momento isso vai se refletir na economia como um todo.

Já uma política econômica que usa dinheiro do governo, o crescimento vem muito rápido, mas é voo de galinha.

Em algum momento tem de se pagar a conta com a dívida.

- E como se resolve a pandemia?

A vacina é a única solução. Estou pessimista com o cronograma de vacinação.

A gente deveria ter se preparado, entrado na fila e apostado no maior número de vacinas, não apenas em duas. Isso gera um risco muito grande: se alguém não entrega, vai ter ruptura.

É muito difícil reverter essa situação no curtíssimo prazo. As medidas de restrição, os lockdowns, devem perdurar por muito mais tempo do que a gente imaginava no início do ano. Ao longo do ano todo, imagino que vamos ter situações de abre/fecha da economia até se ter uma parcela significativa da população imunizada.

- Como a iniciativa privada está atuando na crise sanitária?

Acho que há movimentos civis organizados, como, por exemplo, o "Todos pela Saúde", que o Itaú começou o ano passado, o "Unidos pela Vacina", lançado pelo Mulheres do Brasil, Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV) e outros empresários, que são bons movimentos no sentido de a sociedade mostrar que está apoiando, fazendo o seu papel de maneira organizada. Não é uma empresa só, específica, mas é a união de empresários, executivos, de líderes da sociedade civil no sentido de apoiar, de se colocar à disposição e criar soluções construtivas para tentar ajudar o governo.

São iniciativas muito bem-vindas e fico feliz de ver que elas estejam acontecendo. Mas acho que o controle da pandemia, sobretudo, é uma função dos governos, federal, estadual, municipal. Esse controle depende das autoridades e não tem nada a ver com a iniciativa privada. Como o sr. vê o fato de a sua mãe, Luiza Trajano, que é presidente do conselho de administração do Magazine Luiza, estar sendo cortejada para ingressar na política?

Prefiro não comentar.

- Quantas lojas físicas do Magalu estão fechadas por causa da quarentena?

Hoje estou com 600 lojas fechadas (a empresa tem 1,3 mil lojas), mas a minha previsão é que esse número aumente.

Essa discussão é política até o sistema de saúde colapsar. Quando colapsa, como aconteceu em Manaus (AM), todo mundo percebe que está no mesmo barco. Por mais que as pessoas protestem contra as medidas de isolamento social, ela é a única coisa que funciona, além da vacina. Mas joga contra a economia.

- Como contornar esse ponto?

As empresas que não tiverem uma agenda digital muito forte vão sofrer, porque a digitalização é uma forma de atenuar os impactos das restrições (lockdown). Mas vejo uma enorme oportunidade de digitalização do varejo em vários segmentos, moda, beleza, alimentos, restaurantes, setor financeiro, por exemplo.

- Como assim?

A pandemia catalisou o processo de digitalização e esse processo vai continuar por muitos anos. Há vários bolsões de oportunidades dentro da economia brasileira. O Brasil é um país continental com uma economia multidimensional.

É difícil fazer uma única análise para todos os segmentos.

Mas, dando uma visão geral, há setores da indústria que estão indo bem, a agricultura tem alcançado safras recordes e o comércio, que sofre com as lojas físicas, está no melhor momento da história no mundo online.

No entanto, há setores muito relevantes, como o de serviços, que inclui turismo, bares, restaurantes, que estão muito ruins. Na média, sabemos que não estamos num momento positivo por conta da pandemia.

Nesse contexto, é possível encontrar bolsões de prosperidade. A minha forma de raciocinar é enxergar as oportunidades, enxergar o copo meio cheio. Não consigo extrair muito valor lamentando as coisas que não funcionam no País. A empresa tem 63 anos. Passamos por hiperinflação, sequestro da poupança, moratória, várias crises internacionais, situação de juro real mais alto do mundo e estamos aqui. Por quê? Porque nos concentramos naquilo que poderíamos fazer e nas oportunidades que existem mesmo em

situações de turbulência da economia brasileira.

- Quais seriam essas oportunidades?

Vemos oportunidade na digitalização do varejo brasileiro. Queremos ser um fator de inclusão digital, tanto de pequenos e médios varejistas, que são analógicos, quanto de clientes que ainda não fizeram a primeira compra digital.

- A fatia do comércio online no varejo total do País ainda é pequena. Como virar esse jogo?

A participação do e-commerce no varejo da China era de 1% dez anos atrás e hoje está em 30%. Essa participação não está escrita em pedra.

Depende dos empresários fazerem investimentos para mudar isso.

Hoje, a participação do online no varejo brasileiro é de 10% e um ano atrás estava em 5%. Aumentou muito com investimentos de empresas como Magalu e outros players do comércio eletrônico que apostaram em logística, meios de pagamentos, em canais digitais para tentar atender a demanda da população que está em casa. Isso depende também da capacidade do empresário de investir e inovar. Começamos 60 anos atrás como uma empresa analógica. Toda a nossa capacidade digital foi construída com muito suor, trabalho e dedicação.

Não foi uma coisa que caiu do céu. Talvez o varejo teria sentido menos se mais investimentos de maneira consistente tivessem no passado sido implementados no setor.

O empresário brasileiro tem de fazer essa situação caminhar: a fatia do e-commerce continuar aumentando.

- Como será o varejo pós-pandemia?

Vai sair fortalecido, se conseguirmos manter a expectativa de conter gastos e, conseqüentemente, prolongar os juros baixos. Se os governos forem bem sucedidos no controle da pandemia, vejo um potencial enorme que está para ser destravado.

Frederico Trajano, presidente do Magazine Luiza

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

● **‘Entre os piores’**

“O País não é o único com dificuldade de controlar a crise sanitária, mas, na minha opinião, está sendo um dos piores. A gente se planejou muito mal para a vacina, o nosso sistema de saúde está sobrecarregado. Poderíamos estar numa posição muito melhor.”

“Vemos oportunidade na digitalização do varejo brasileiro. Queremos ser um fator de inclusão digital, tanto de pequenos e médios varejistas, que são analógicos, quanto de clientes que ainda não fizeram a primeira compra digital.”

Abertos a pautas conservadoras e liberais

Líderes partidários com atuação na Câmara e no Senado serão, de acordo com Arthur Lira e Rodrigo Pacheco, os grandes responsáveis pela escolha das pautas que devem avançar em ambas as Casas ao longo dos próximos dois anos, enquanto durarem as suas gestões. O recado, endereçado aos partidos e à sociedade durante o "E agora, Brasil?" reflete a intenção de reforçar uma imagem de neutralidade dos dois presidentes diante de projetos conservadores e liberais que aguardam para serem discutidos pelos parlamentares.

Na lista, estão 35 prioridades selecionadas pelo governo federal e entregues ao Congresso pelo presidente Jair Bolsonaro, pouco após as eleições de Lira e Pacheco. Para o Palácio do Planalto, é importante o debate de temas econômicos e fiscais - como a **reforma tributária** e a privatização da Eletrobras - e de tópicos da chamada "pauta de costumes", caso do homeschooling (ensino em casa), além do combate ao infanticídio indígena.

PEDIDOS DE IMPEACHMENT

Tanto na Câmara quanto no Senado, de acordo com os presidentes, são as siglas que definem o que será apreciado coletivamente.

- A pauta do presidente não é a pauta da maioria. Mas não temos preconceito com nenhum tema. Se ele tiver amadurecido na sociedade e conquistar maioria no colégio de líderes, tem que ir à discussão do plenário - disse o deputado, completando: - Não podemos fazer da Casa um guarda-roupa de esqueletos. Deputados são eleitos por uma bandeira, mais conservadora ou mais liberal. Não é correto que o presidente penda para um lado.

Ao se referir ao "guarda-roupa de esqueletos", Lira foi questionado pela colunista do GLOBO, Míriam Leitão, uma das mediadoras do "E agora, Brasil?", sobre os 60 pedidos de impeachment do presidente Jair Bolsonaro apresentados à presidência da Câmara desde 2019.

-Não tive tempo (de analisá-los). O outro presidente (Rodrigo Maia, do DEM) teve e não achou motivo para seguir em frente - respondeu Lira, classificando como "drástico" o impedimento de um presidente: - Precisamos diminuir movimentos como esse e valorizar o ato de votar.

Além de mencionar que tem respeitado decisões

colegiadas dos partidos na confecção da pauta do Senado, da mesma forma que Lira, Pacheco disse que a Covid-19 tem sido tratada como um compromisso primário dos parlamentares.

- Estabelecemos um foco com muita energia em relação à pandemia para temas de saúde, desenvolvimento social e crescimento econômico. E estamos atentos às reivindicações do governo, mas temos também a nossa própria pauta -afirmou o senador.

Comando de comissões na berlinda

O presidente da Câmara, Arthur Lira, afirmou no "E agora, Brasil?" que a autonomia dos partidos para escolherem lideranças para as comissões da Câmara não coloca em risco o trabalho desses colegiados. Afala tinha como pano de fundo as indicações das bolsonaristas Bia Kicis (PSL-DF) e Carla Zambelli (PSL-SP) para as comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Meio Ambiente, respectivamente. Ambas são criticadas por posições radicais em defesa do presidente. Como agravante, Zambelli não tem ligação com temas ambientais.

Questionado sobre as duas parlamentares, Lira afirmou:

- Não pode, da nossa parte, ter preconceito com este ou aquele parlamentar porque ele defende uma ideia ou outra. O que digo é fruto da minha experiência - justificou Lira, que presidiu a CCJ da Câmara, assim como Rodrigo Pacheco, hoje à frente do Senado:

- Quando você preside uma comissão com a importância da CCJ, você não faz dela o seu terreno, o seu território, não defende as suas próprias ideias.

No caso da CCJ, Lira ainda disse que o colegiado, pelo qual passam todas as proposições dos deputados, dificilmente aprovará assuntos de interesse pessoal ou temas considerados extremistas. Ele também lembrou que a comissão, embora seja a "porta de entrada" dos projetos, não é "terminativa" e submete as próprias decisões ao plenário.

Alvo de críticas da oposição, Bia Kicis é investigada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), desde o ano passado, em inquérito que apura a promoção e o financiamento de atos antidemocráticos contra o próprio Congresso e o Judiciário.

A parlamentar foi indicada ao cargo pelo PSL, que apoiou Lira para a presidência. Por se tratar da maior legenda do bloco vitorioso, conquistou o direito de fazer a indicação para a CCJ.

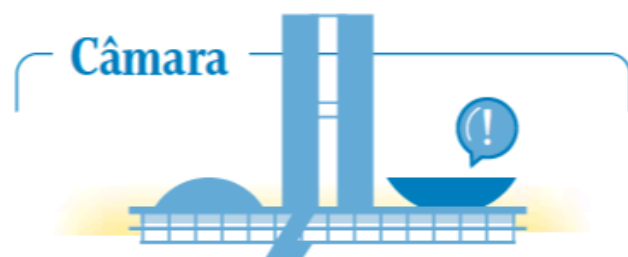
Sobre o caso, Lira destacou que "a política se resolve por si própria" e que não poderia cercear direitos de parlamentares no gozo de suas funções. Ele lembrou ter prometido essa linha de ação durante sua campanha:

- Os acordos têm que ser cumpridos-disse o deputado.

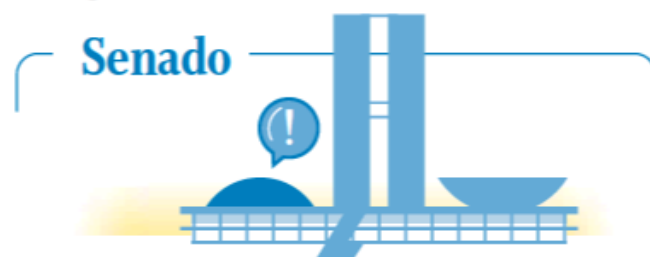
Questionado sobre Zambelli, Lira disse que "se aplica a mesma tese" e declarou que o Meio Ambiente "é um tema importante e polêmico, a ser tratado sem versões".

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

PRIORIDADES DO GOVERNO EM TRAMITAÇÃO OU JÁ APROVADAS



- ✓ **PLP 19/19** - Autonomia do Banco Central (já aprovado): define mandatos fixos de quatro anos para os diretores e regras para nomeação e demissão.
- ✓ **PEC 45/19** - Reforma tributária: simplifica o sistema tributário nacional pela unificação de tributos sobre o consumo.
- ✓ **MP 1031/21** - Desestatização da Eletrobras, de forma que a União fique com menos de 50% das ações da empresa, mas permaneça com poder de veto sobre decisões estratégicas.
- ✓ **PL 2401/19** - Homeschooling: regulamenta a educação domiciliar no Brasil e exige formalização da escolha dos pais junto ao Ministério da Educação.
- ✓ **PL 191/20** - Mineração em terras indígenas: regulamenta a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em reservas.



- ✓ **PEC 186/19** - PEC Emergencial (já aprovada): prevê mecanismos para redução de gastos públicos, como salários de servidores, e veda novas despesas obrigatórias, permitindo a volta do auxílio emergencial.
- ✓ **PLP 146/19** - Startups (já aprovado): marco legal para incentivar as empresas que atuam na inovação aplicada a produtos, serviços ou modelos de negócios.
- ✓ **PEC 188/19** - Pacto Federativo: descentraliza, desindexa e desvincula recursos orçamentários em favor dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- ✓ **PL 4199/20** - Cabotagem (ou BR do Mar): libera o uso de navios estrangeiros na costa sem a obrigação de construção de embarcações em estaleiros locais.
- ✓ **PL 3723/19** - Porte de armas: regulamenta as atividades de atiradores esportivos, caçadores e colecionadores.

Fonte: Câmara e Senado

Editoria de Arte

Agenda de reformas precisa avançar



A partir do alto, à esp. Miriam Leitão, de "O Globo", Rodrigo Pacheco, Arthur Lira e Cristiano Romero, do Valor, no seminário "E agora, Brasil?": reforma dá segurança jurídica ao investidor

Bernardo Mello

Embora a pandemia traga obstáculos à atividade legislativa, os presidentes da Câmara e do Senado reforçaram, durante o seminário on-line "E agora, Brasil?", a importância de dar sequência à agenda de reformas, com a tramitação ainda neste ano das Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) tributária e administrativa.

As medidas, no entendimento de Arthur Lira (PP-AL) e de Rodrigo Pacheco (DEM-MG), são consideradas importantes por parlamentares, entidades e membros da sociedade civil para criar um ambiente propício de negócios e de retomada da economia no pós-covid, bem como para aliviar o orçamento público em um momento de crise.

Na avaliação de Lira, presidente da Câmara, a atual legislatura representa uma "janela de oportunidades", por se tratar em sua avaliação de um "Congresso reformista", empenhado na simplificação e desburocratização de normas tributárias.

O tema é debatido em comissão mista, presidida pelo senador Roberto Rocha (PSD-MA) com relatoria do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), formada com o objetivo de unificar propostas apresentadas na Câmara e no Senado. Segundo Lira, o objetivo é submeter o texto à sanção do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) até o fim deste ano.

"Esta talvez seja a reforma mais importante, porque vai significar menos burocracia, mais simplificação e segurança jurídica para o investidor, trazendo um rumo normal de previsibilidade para empresas. Penso que o prazo estabelecido, de seis a oito meses (até a aprovação), é plenamente possível para um

Congresso reformista", disse Lira.

Durante o evento, Lira explicou que o objetivo é aprovar a **reforma tributária** "possível" em um ano de pandemia, com limitações ao encontro presencial de parlamentares.

Na avaliação do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, o texto da **reforma tributária** precisará ser construído "a três mãos" por Executivo, Legislativo e Judiciário, em parceria com a sociedade civil, para assegurar que os pontos aprovados não fiquem sujeitos a modificações via resoluções executivas ou liminares judiciais.

"Estou muito otimista com a **reforma tributária** dentro da realidade que temos, de escolher um modelo que vai desagradar a alguns e agradar a outros. Não é a arte de conquistar, mas sim de ceder. Será um teste a todo instante, de quem é capaz de ceder para termos um sistema tributário mais lógico e enxuto", afirmou Pacheco.

Lira e Pacheco citaram a aprovação da reforma da Previdência, em 2019, e da reforma trabalhista de 2017 como exemplos de que o Congresso é capaz de chegar a "denominadores comuns" na pauta reformista.

Já o projeto da reforma administrativa, enviado pelo governo federal ao Congresso no ano passado, iniciou sua tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara nesta semana, com a designação da relatoria. O projeto prevê, entre outros pontos, que o benefício da estabilidade no setor público fique restrito às chamadas carreiras típicas do Estado, o que tende a permitir enxugamentos na folha.

Para o presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), José Roberto Tadros, é fundamental que o esforço no combate à pandemia seja acompanhado por medidas que permitam a retomada econômica. "O Brasil tem urgência de vencer a covid-19, mas também de retomar o caminho do crescimento sustentável no pós-pandemia. O Congresso vai desempenhar papel fundamental nessa retomada, com a definição de uma pauta alinhada com os anseios da população e das forças produtivas. O presidente da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, mostraram que estão bem sintonizados com as demandas da sociedade e conscientes dos grandes desafios que temos pela frente."

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

A pauta do Congresso em 2021

Vacinação contra a covid-19 e medidas com impacto na economia encabeçam prioridades do Legislativo



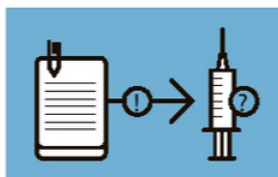
Compra de vacinas

Lei apresentada pelo senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e sancionada por Bolsonaro no último dia 10, dá segurança jurídica para que a União, Estados e municípios assumam riscos de efeitos colaterais de imunizantes, além de permitir à iniciativa privada a compra de vacinas para complementar o Plano Nacional de Imunização (PNI)



Comissões da covid-19 no Congresso

O Senado formou, no último mês, uma comissão temporária de acompanhamento de ações do governo federal no combate à pandemia, incluindo a vacinação. A comissão funcionará por 120 dias. Na Câmara, o presidente Arthur Lira (PP-AL) debate uma ação semelhante, mas que inclua os governadores, membros das duas Casas, do Executivo e do Judiciário



Cobranças ao Ministério da Saúde

No último dia 9, Lira e Pacheco enviaram ofício ao Ministério da Saúde solicitando informações sobre cronograma de vacinação e aquisição de insumos para os imunizantes, incluindo o planejamento em caso de imprevistos. Segundo Pacheco, a resposta servirá de base para futuras cobranças ao governo federal



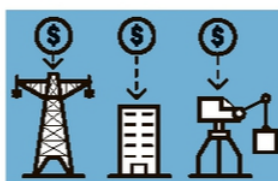
Auxílio emergencial

A PEC 186, promulgada pelo Congresso nesta segunda-feira, permitirá a retomada do pagamento do auxílio emergencial por mais quatro meses, além de criar gatilhos fiscais com o objetivo de dar segurança aos gastos de Estados e municípios durante a crise sanitária e econômica



Agenda de reformas

A comissão mista que trata da reforma tributária deve ter, ainda neste semestre, um parecer consolidando propostas que tramitam na Câmara, de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), e no Senado, apresentada por Davi Alcolumbre (DEM-AP). A expectativa de Lira é que a tramitação leve até oito meses. Já a reforma administrativa, enviada pelo governo em 2020, começa a tramitar nesta semana na CCJ da Câmara.



Privatizações

Projetos enviados neste mês pelo governo federal para capitalização da Eletrobras e privatização dos Correios já têm relatoria definida na Câmara. No caso da estatal de energia, articulado via medida provisória, o Congresso terá 120 dias para análise. Lira pretende enviar o texto ao Senado, já com as devidas alterações, até 20 dias antes do fim do prazo. O presidente da Câmara se diz favorável ainda a medida semelhante em relação à Petrobras.

E Agora, Brasil?: Pacheco e Lira abertos a pautas conservadoras e liberais

O Globo

RIO - Líderes partidários com atuação na Câmara e no Senado serão, de acordo com Arthur Lira e Rodrigo Pacheco, os grandes responsáveis pela escolha das pautas que devem avançar em ambas as Casas ao longo dos próximos dois anos, enquanto durarem as suas gestões. O recado, endereçado aos partidos e à sociedade durante o "E agora, Brasil?" reflete a intenção de reforçar uma imagem de neutralidade dos dois presidentes diante de projetos conservadores e liberais que aguardam para serem discutidos pelos parlamentares.

Na lista, estão 35 prioridades selecionadas pelo governo federal e entregues ao Congresso pelo presidente Jair Bolsonaro, pouco após as eleições de Lira e Pacheco. Para o Palácio do Planalto, é importante o debate de temas econômicos e fiscais - como a reforma tributária e a privatização da Eletrobras - e de tópicos da chamada "pauta de costumes", caso do homeschooling (ensino em casa), além do combate ao infanticídio indígena.

Tanto na Câmara quanto no Senado, de acordo com os presidentes, são as siglas que definem o que será apreciado coletivamente.

- A pauta do presidente não é a pauta da maioria. Mas não temos preconceito com nenhum tema. Se ele tiver amadurecido na sociedade e conquistar maioria no colégio de líderes, tem que ir à discussão do plenário - disse o deputado, completando: - Não podemos fazer da Casa um guarda-roupa de esqueletos. Deputados são eleitos por uma bandeira, mais conservadora ou mais liberal. Não é correto que o presidente penda para um lado.

Ao se referir ao "guarda-roupa de esqueletos", Lira foi questionado pela colunista do GLOBO, Míriam Leitão, uma das mediadoras do "E agora, Brasil?", sobre os 60 pedidos de impeachment do presidente Jair Bolsonaro apresentados à presidência da Câmara desde 2019.

- Não tive tempo (de analisá-los). O outro presidente (Rodrigo Maia, do DEM) teve e não achou motivo para seguir em frente - respondeu Lira, classificando como "drástico" o impedimento de um presidente: - Precisamos diminuir movimentos como esse e

valorizar o ato de votar.

Além de mencionar que tem respeitado decisões colegiadas dos partidos na confecção da pauta do Senado, da mesma forma que Lira, Pacheco disse que a Covid-19 tem sido tratada como um compromisso primário dos parlamentares.

- Estabelecemos um foco com muita energia em relação à pandemia para temas de saúde, desenvolvimento social e crescimento econômico. E estamos atentos às reivindicações do governo, mas temos também a nossa própria pauta - afirmou o senador.

Comando de comissões na berlinda

O presidente da Câmara, Arthur Lira, afirmou no "E agora, Brasil?" que a autonomia dos partidos para escolherem lideranças para as comissões da Câmara não coloca em risco o trabalho desses colegiados. A fala tinha como pano de fundo as indicações das bolsonaristas Bia Kicis (PSL-DF) e Carla Zambelli (PSL-SP) para as comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Meio Ambiente, respectivamente. Ambas são criticadas por posições radicais em defesa do presidente. Como agravante, Zambelli não tem ligação com temas ambientais.

Questionado sobre as duas parlamentares, Lira afirmou:

- Não pode, da nossa parte, ter preconceito com este ou aquele parlamentar porque ele defende uma ideia ou outra. O que digo é fruto da minha experiência - justificou Lira, que presidiu a CCJ da Câmara, assim como Rodrigo Pacheco, hoje à frente do Senado: - Quando você preside uma comissão com a importância da CCJ, você não faz dela o seu terreno, o seu território, não defende as suas próprias ideias.

No caso da CCJ, Lira ainda disse que o colegiado, pelo qual passam todas as proposições dos deputados, dificilmente aprovará assuntos de interesse pessoal ou temas considerados extremistas. Ele também lembrou que a comissão, embora seja a "porta de entrada" dos projetos, não é "terminativa" e submete as próprias decisões ao plenário.

Alvo de críticas da oposição, Bia Kicis é investigada

pelo Supremo Tribunal Federal (STF), desde o ano passado, em inquérito que apura a promoção e o financiamento de atos antidemocráticos contra o próprio Congresso e o Judiciário.

A parlamentar foi indicada ao cargo pelo PSL, que apoiou Lira para a presidência. Por se tratar da maior legenda do bloco vitorioso, conquistou o direito de fazer a indicação para a CCJ.

Sobre o caso, Lira destacou que "a política se resolve por si própria" e que não poderia cercear direitos de parlamentares no gozo de suas funções. Ele lembrou ter prometido essa linha de ação durante sua campanha:

- Os acordos têm que ser cumpridos - disse o deputado.

Questionado sobre Zambelli, Lira disse que "se aplica a mesma tese" e declarou que o Meio Ambiente "é um tema importante e polêmico, a ser tratado sem versões".

Site: <https://oglobo.globo.com/brasil/e-agora-brasil-pacheco-lira-abertos-pautas-conservadoras-liberais-1-24928031>

Covid-19 e os nocivos reflexos sobre os preços dos insumos médicos - TENDENCIAS / DEBATES

Regina Maria Marquezini Chammes

Como é de amplo conhecimento, a pandemia do novo coronavírus criou uma situação inesperada para a uai o mundo não estava prepara-o, quer seja na esfera política, econômica, científica ou assistencial, exigindo uma abrupta adaptação à nova realidade no cenário global.

Com a enorme demanda por álcool em gel, máscaras (incluindo a N95, com proteção mais efetiva) e luvas por parte dos profissionais da saúde e da população em geral, vivenciamos uma verdadeira "corrida do ouro" na busca por insumos. A expressiva procura e a falta de estrutura dos fabricantes, aliadas à falta de matéria-prima e de mão de obra, levaram à escassez desses produtos nas prateleiras e ao consequente aumento dos preços repassados ao consumidor. O aumento de preço desses itens chega a cerca de 500% em relação aos valores praticados no primeiro trimestre de 2020.

Não se desconhece que o Brasil preserva o sistema capitalista desde a Constituição Federal de 1988. A Carta, a despeito da garantia da livre iniciativa, não proíbe expressamente o controle de preços em casos emergenciais provocados por um notório estado de calamidade pública. O abuso nos preços **impostos** aos médicos na aquisição de luvas, máscaras e álcool em gel -insumos de caráter essencial para o exercício da profissão com segurança, tanto para o profissional de saúde como para o paciente- tem colocado esse profissional em situação de dificuldade econômica, uma vez que o lucro diminuiu em razão da necessidade de readequação no fluxo de atendimento, da drástica redução da procura, devido ao isolamento social, e da crise econômica instalada.

Nessa conjuntura, os fatores elencados acima geraram uma reação em cadeia, com a redução dos lucros auferidos pelos profissionais e um aumento vertiginoso dos custos gerados pela atividade laborai. Não há como se opor aos aumentos abusivos, uma vez que não existem alternativas ao uso desses itens que garantam a saúde dos profissionais e da população por eles assistida.

Sendo assim, torna-se óbvio e urgente que a administração pública adote as devidas providências no sentido de fiscalizar se o aumento repassado ao consumidor profissional da saúde está realmente de acordo com a alta dos custos de produção. Caso se constate um aumento abusivo, que se lance mão da regulação econômica para esses produtos e, assim, seja possível sanar com celeridade um problema que vem afligindo há meses esse importante setor da economia brasileira -essencial no combate à pandemia imposta pelo novo coronavírus.

Regina Maria Marquezini Chammes, Médica otorrinolaringologista, é conselheira do Cremesp (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo)

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

STJ rejeita recursos de Flávio e garante sobrevida a apuração de 'rachadinhas'

Marcelo Rocha, Italo Nogueira

Após anular quebra de sigilos bancário e fiscal, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu nesta terça (16) preservar um dos principais conjuntos de provas das apurações sobre o senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) no caso das "rachadinhas".

Por 3 votos a 2, a Quinta Turma da corte considerou regular o compartilhamento de dados do Coaf (Conselho de Controle das Atividades Financeiras) com o Ministério Público do Rio de Janeiro, condutor da investigação.

No segundo recurso analisado, que contestava a validade de atos do juiz Flávio Itabaiana, da 27ª Vara Criminal do Rio, o STJ também rejeitou o pedido do senador.

A maioria (3 votos a2) reconheceu a validade de uma decisão da 3ª Câmara Criminal do Rio que deu a Flávio foro especial na segunda instância da Justiça fluminense e na qual foram mantidas decisões e despachos de Itabaiana.

Encerrado o julgamento, advogados de Flávio anunciaram à imprensa a intenção de recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal) tanto no caso dos relatórios do Coaf como no dos atos do juiz da primeira instância.

O filho mais velho do presidente Jair Bolsonaro é acusado de liderar um esquema de "rachadinhas" em seu gabinete na Assembleia Legislativa entre 2007 e 2018, quando exerceu o mandato de deputado estadual. Para a Promotoria, ele recebia de volta parte dos salários dos assessores lotados em seu gabinete.

O Ministério Público acusou o ex-assessor Fabrício Queiroz de ser o operador do esquema -neste terça, a turma do STJ decidiu relaxar a prisão preventiva dele e da esposa, mas o casal segue em domicílio em razão de liminar de Gilmar Mendes, do STF.

Flávio foi denunciado em novembro de 2020 pela Promotoria sob acusação dos crimes de peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Ele nega as acusações.

Desde que tomou ciência das investigações, a defesa

de Flávio contesta pontos da apuração em diferentes recursos. Relator do caso das "rachadinhas" no STJ, o ministro Felix Fischer negou monocraticamente os recursos, desde o mês passado submetidos ao crivo da Quinta Turma.

No primeiro recurso, relativo ao Coaf, o colegiado entendeu que o juiz Itabaiana não fundamentou na forma da legislação a quebra do sigilo bancário e fiscal do parlamentar e a anulou.

A justificativa do magistrado em abril de 2019 tomou apenas um parágrafo, fazendo referência às razões expostas pelo Ministério Público em 87 páginas. Em junho, ao deferir outro pedido de quebra de sigilo, ele se estendeu para justificar sua decisão anterior.

No domingo (14), a PGR (Procuradoria-Geral da República) recorreu dessa decisão, por meio de um recurso extraordinário a ser enviado pelo STJ ao Supremo.

A investigação sobre as "rachadinhas" foi aberta depois que um RIF (relatório de inteligência financeira) do Coaf apontou movimentação atípica de R\$ 1,2 milhão nas contas de Fabrício Queiroz de janeiro de 2016 a janeiro de 2017.

Além do volume, chamou a atenção a forma das operações: depósitos e saques em dinheiro vivo. As transações ocorriam em data próxima do pagamento de servidores da Assembleia, onde Flávio exerceu o mandato de deputado por 16 anos.

Queiroz afirmou que recebia parte dos valores dos salários dos colegas de gabinete. Diz que usava esse dinheiro para remunerar assessores informais de Flávio, sem o conhecimento do então deputado.

A partir desse RIF inicial, outros relatórios foram produzidos pelo Coaf a pedido dos promotores de Justiça do Rio.

Após o voto de Fischer reconhecendo a regularidade do compartilhamento de informações pelo conselho com o Ministério Público, o ministro João Otávio Noronha defendeu a nulidade de dois RLFs.

Noronha afirmou que não se contesta no recurso de Flávio a atuação do Coaf. Nem que o conselho possa,

segundo previsão legal, receber dados sigilosos de instituições financeiras e compartilhá-los com órgãos de investigação.

Segundo o ministro, no entanto, não estão entre as atribuições do órgão "a realização de investigações, o bloqueio de valores ou outras atividades desta natureza".

Noronha disse que relatórios produzi dos pelo Coaf no caso avançaram o sinal por serem de "intercâmbio" e "não de compartilhamento espontâneo", O que, no entendimento dele, exigiria decisão da Justiça a autorizar o envio de dados ao Ministério Público.

"Quando já há elementos para requerer o afastamento do sigilo, não se pode prosseguir solicitando o intercâmbio de informações ao Coaf" disse.

Ele afirmou que, após o RIF inaugural, quatro relatórios foram produzidos pelo conselho "sob encomenda" para envio à Promotoria, anteriores à quebrados sigilos. E que os RIFs contemplaram "informações detalhadas e uma gama de elementos que não deveriam constarem seu corpo".

"O Coaf não é órgão de investigação e muito menos de produção de prova. Ele tem que fazer o relatório de inteligência, e então está finalizada sua missão. Ele não pode ser utilizado como órgão auxiliar do Ministério Público."

Noronha, próximo do presidente Jair Bolsonaro, defendeu a nulidade de todas as informações constantes do inquérito obtidas a partir dos relatórios do Coaf por ele reprovados e eventuais desdobramentos.

Após recapitular a análise que o Supremo fez sobre o compartilhamento de informações por instituições como Coaf e Receita com investigadores, o ministro Reynaldo Soares da Fonseca se alinhou ao relator, ao concluir pela legitimidade no envio de dados ao Ministério Público do Rio.

Fonseca concluiu que a legislação, além de prever a figura do RIF espontâneo, prevê o relatório de intercâmbio para aprofundamento e esclarecimentos das informações.

O ministro Ribeiro Dantas aderiu à tese do relator. Joel Paciornik votou com Noronha, fechando o placar em 3 votos a 2 contra Flávio.

No segundo recurso, a defesa de Flávio alegou que os fatos investigados ocorreram quando ele era deputado estadual e, por isso, o inquérito deveria ter tramitado desde o início na segunda instância de Justiça do Rio.

Os advogados do parlamentar contestaram no STJ uma decisão de julho de 2020 da 3ª Câmara do TJ do Rio. A câmara estabeleceu o foro especial, mas manteve atos processuais e provas colhidas sob a conduta da primeira instância.

Fischer, relator do caso, negou provimento e foi acompanhado pelos colegas Reynaldo Soares da Fonseca e Ribeiro Dantas.

Noronha divergiu, ao entender que a questão deveria ser analisada pelo Órgão Especial do TJ do Rio. A divergência foi seguida pelo ministro Paciornik.

Decisão do tribunal preserva imagens de Queiroz pagando contas do senador

A decisão da Quinta Turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça) desta terça (16) preserva uma das poucas provas que vinculam uma movimentação financeira de Fabrício Queiroz em benefício de Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), tese do esquema da "rachadinha" no antigo gabinete do senador na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Trata-se das imagens do policial militar aposentado pagando com dinheiro vivo contas pessoais do senador numa agência bancária.

Os ministros decidiram, por 3 a 2, considerar legais o compartilhamento de informações do Coaf com o Ministério Público do RJ na investigação contra o senador.

Os dados do órgão foram usados pelo MP-RJ no início da investigação e serviram de base para o pedido de quebra dos sigilos bancário e fiscal do senador e de outros investigados no caso, além de outras diligências sem a participação do Judiciário.

Na prática, as decisões já proferidas mantêm todos os atos praticados pelo MP-RJ antes de solicitar as quebras de sigilo, atualmente anuladas. Isso inclui, além das imagens de Queiroz no banco, o desarquivamento de procedimento sobre as transações imobiliárias do senador e a solicitação de dados às construtoras que venderam imóveis para o senador.

Também estão preservadas as mensagens trocadas entre Queiroz e Danielle Mendonça da Nóbrega, ex-mulher do miliciano Adriano da Nóbrega, morto há um ano.

O vídeo preservado pela decisão do STJ mostra Queiroz quitando na boca da agência do Itaú na Assembleia Legislativa fluminense boletos das

mensalidades escolares das filhas do senador, que somavam R\$ 6.942. Dados da investigação mostram que o pagamento, em 1º de outubro de 2018, foi feito em dinheiro.

As imagens foram solicitadas aos bancos em dezembro de 2018, sem a participação do juiz Flávio Itabaiana.

Havia preocupação de que, com a anulação dos relatórios, as imagens não estivessem mais disponíveis nos arquivos do banco para solicitação em razão do tempo decorrido -mais de dois anos.

Além desta prova, apenas um outro depósito de R\$ 25 mil de Queiroz na conta da mulher do senador, a dentista Fernanda Bolsonaro, faz um vínculo entre movimentações financeiras do ex-assessor com as transações do senador. O aporte ocorreu dias antes de o casal quitar a primeira parcela do financiamento de um apartamento.

As demais suspeitas contra o senador decorrem do fato dele ter realizado operações com dinheiro vivo sem ter realizado saques em valores correspondentes. Aliado às retiradas constantes feitas por Queiroz, o MP-RJ afirma que as transações em espécie só podiam ter como origem o esquema da "rachadinha" operado por Queiroz.

Flávio foi denunciado pelo MP- RJ no ano passado sob acusação de peculato, lavagem de dinheiro, apropriação indébita e organização criminosa. Segundo os investigadores, o senador liderava uma quadrilha para recolher parte dos salários de ex-funcionários de seu antigo gabinete na Assembléia Legislativa para benefício pessoal.

O valor total desviado dos cofres públicos, segundo o MP-RJ, foi de R\$ 6,1 milhões.

A maior parte da denúncia tem como base dados das quebras de sigilo bancário e fiscal anuladas no mês passado. Há, porém, vias judiciais para que os dados bancários sejam obtidos de novo. A decisão desta terça, considerando legais os relatórios do Coaf, favorece a isso.

Mas esse entendimento, contra o qual o Ministério Público Federal já recorreu, ameaça provas colhidas que não podem ser apreendidas de novo, como celulares e comprovantes bancários. Para o MP-RJ, elas corroboram os indícios das "rachadinhas" expostos pelos dados das contas dos investigados.

"Agora deu ruim", disse em mensagem de áudio o pai da ex-assessora Luiza Souza Paes ao ver a notícia sobre a movimentação financeira de Queiroz.

"Comecei a tirar R\$ 1.400", escreveu a ex-assessora Flávia da Silva em comprovante de transferência para Queiroz, indicando o seu salário real, debitado o valor repassado ao policial aposentado.

Elas estão ameaçadas porque foram autorizadas com pedidos feitos pela Promotoria usando como base os dados da quebra de sigilo bancário, atualmente considerados ilegais. A anulação dessas provas ainda deve ser solicitada pelas defesas -os ministros negaram o pedido para invalidá-las de imediato.

Os dados bancários da investigação contra o senador mostram que Queiroz recebeu depósitos de 12 ex-assessores do hoje senador, que somavam R\$ 2,08 milhões. Esses ex-assessores também sacaram R\$ 2,15 milhões, recursos que os promotores afirmam ter sido disponibilizados para a suposta organização criminosa.

Os extratos também são relevantes para demonstrar a tese de que o senador fazia seus gastos com dinheiro vivo, já que as contas bancárias do casal não registram pagamentos de **impostos** e serviços quitados.

A defesa de Flávio Bolsonaro nega as acusações do MP-RJ. Ela afirma que a investigação cometeu "erros bizarros". O senador diz que deu dinheiro a Queiroz para que pagasse os boletos no banco, operação identificada pelo vídeo.

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

STF barra taxar doação e herança no exterior, mas não permite restituição

Eduardo Cucolo - são paulo

Mais de 80% dos estados têm leis prevendo a cobrança de imposto sobre doações e heranças no exterior. São 22 legislações com dispositivos que foram consideradas em desacordo com a Constituição no julgamento que terminou no fim de fevereiro no STF (Supremo Tribunal Federal).

A decisão, no entanto, só contempla os contribuintes que entraram na Justiça contra esses estados, que não terão mais de pagar o tributo.

Já as pessoas que recolheram o ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos) não poderão pedir restituição dos valores.

Para São Paulo, por exemplo, essas operações envolvem R\$ 2,7 bilhões em ações de cobrança em discussão (que agora não poderão ser mais arrecadados).

A maior parte do dinheiro se refere a 30 ações de um mesmo contribuinte que já realizou operações que somam quase R\$ 50 bilhões em doações e poderiam gerar R\$ 2 bilhões em **tributos** (o equivalente a um ano de ITCMD), mas cuja cobrança foi afastada pelo Supremo.

A decisão do STF, no entanto, desobriga o estado de restituir quase R\$ 500 milhões em **impostos** pagos nos últimos anos, segundo dados da Procuradoria-Geral do estado divulgados em 2020.

Há ainda uma dúvida sobre o que acontece com os contribuintes diante de um fato gerador até que o acórdão da decisão do Supremo seja publicado. No caso de morte, por exemplo, o fato gerador é a data do falecimento.

A tese em julgamento era se os estados têm competência para exigir o tributo no exterior. A cobrança do imposto está prevista na Constituição, mas a Carta Magna prevê que a questão seja regulamentada por meio de lei complementar federal, algo que nunca foi feito.

Cinco estados não faziam a cobrança: Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Roraima e Sergipe,

segundo levantamentos realizados pelos escritórios Cândido Martins Advogados e Mattos Filho.

O STF formou maioria reconhecendo que os estados não podem exigir ITCMD nessas operações enquanto não houver a lei federal.

Em relação aos fatos anteriores a essa decisão, a maioria decidiu por preservar o direito apenas de quem discutiu a questão em juízo, ressaltando ações judiciais pendentes de conclusão nas quais se discuta para qual estado o contribuinte deve pagar e a validade do imposto, não tendo sido pago anteriormente.

"O Supremo não ressaltou quem pagou. Qual a minha crítica: a mensagem do Supremo é motivando o contencioso. Na dúvida, vá a juízo discutir. Aquele contribuinte que não quis discutir, efetuou o pagamento e desafogou o Judiciário de mais uma ação é aquele que mais uma vez está sendo penalizado. Não vai ter o direito de discutir a devolução desses valores", afirma Tatiana Chiara dia, do escritório Cândido Martins Advogados.

"Se o imposto é devido, todos têm de pagar. Se é indevido, ninguém tem de pagar. Não é porque alguém pagou e o estado fez caixa com esse dinheiro indevidamente que a pessoa não pode ter o direito de ter a devolução." Alessandra Fonseca, sócio da prática de Gestão Patrimonial do Mattos Filho, afirma que é necessário aguardar a publicação do acórdão para avaliar se há possibilidade de questionar essa modulação.

Também na avaliação de Fonseca, a decisão cria uma injustiça com aqueles que seguiram a lei desses estados e não discutiram judicialmente a cobrança em desacordo com a Constituição. "Esse contribuinte provavelmente não vai conseguir recuperar." Chiar adia afirma que a cobrança, além de inconstitucional, envolve conflito de competência internacional. Muitas ações, inclusive aquela que foi julgada pelo STF e terá efeito sobre todas as outras no país, são de pessoas que já pagaram o tributo, mas em outro país.

Ela afirma que as normas internacionais orientam que o país competente para tributar questões de doações, sucessão e herança é aquele onde está domiciliada a pessoa que morreu ou o doador, ou seja, a pessoa

que motivou o ato. As leis estaduais, no entanto, previam a cobrança com base no local de residência do beneficiário.

Em nota, a Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo disse acompanhar com especial atenção o desfecho do julgamento e que os reflexos financeiros da decisão são muito negativos para o erário paulista e demais estados.

"Deve-se ainda ter em conta que os efeitos da modulação empreendida por parcela do colegiado agravará a sensação de injustiça fiscal, o que é bastante negativo para o sistema tributário como um todo", afirma a PGE.

"A decisão, ao exigir lei complementar federal que nunca foi editada, acaba inadvertida mente limitando a competência dos estados para tributar pelo ITCMD bens no exterior, herdados ou recebidos em doação por pessoas domiciliadas no Brasil."

Site:

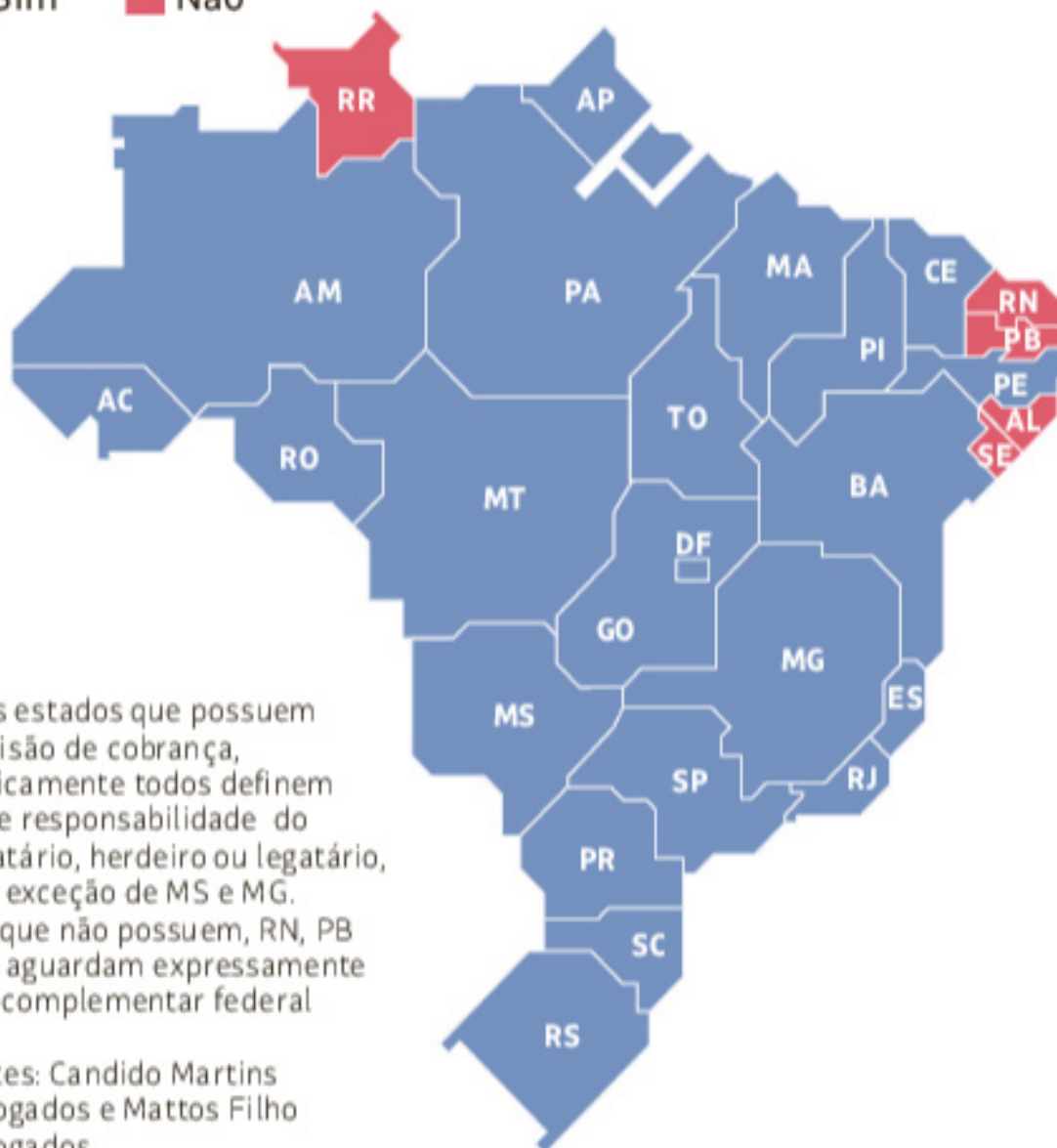
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

68

22 estados preveem taxaço de doações e heranças no exterior com ITCMD

Possui previsão na legislação?*

■ Sim ■ Não



*Dos estados que possuem previsão de cobrança, praticamente todos definem a que responsabilidade do donatário, herdeiro ou legatário, com exceção de MS e MG. Dos que não possuem, RN, PB e AL aguardam expressamente a lei complementar federal

Fontes: Candido Martins Advogados e Mattos Filho Advogados.

PF investiga suspeita de tráfico de influência de Jair Renan



Acesso. Jair Renan teria marcado encontro de grupo empresarial com o ministro Rogério Marinho

AGUIRRE TALENTO

A Polícia Federal abriu um inquérito para apurar suspeitas de tráfico de influência envolvendo Jair Renan Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro. A investigação vai averiguar se ele tem atuado para marcar reuniões e abrir portas no governo federal para empresas privadas, como revelou O GLOBO no domingo.

O caso começou a ser apurado na Procuradoria da República do Distrito Federal (PR-DF) após representação de parlamentares da oposição. Depois, o órgão enviou a ocorrência para a PF entrar na apuração. O inquérito policial está na Superintendência do Distrito Federal.

A abertura do inquérito foi revelada pelo jornal "Folha de S. Paulo" e confirmada pelo GLOBO. Trata-se de mais um filho do presidente que é alvo de investigações. O senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) já chegou a ser denunciado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro sob acusação de desvios de salários de seu antigo gabinete de deputado estadual, esquema conhecido como "rachadinha". O vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ) também é investigado sob suspeita da mesma prática.

Um grupo empresarial que atua nos setores de mineração e construção e tem interesses junto ao governo federal presenteou Jair Renan Bolsonaro e um de seus parceiros comerciais com um carro elétrico avaliado em R\$ 90 mil. Um mês após a doação, em outubro do ano passado, representantes da Gramazini Granitos e Mármore Thomazini, uma das empresas do conglomerado, conseguiram um

espaço na agenda do ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho - segundo a pasta, o encontro, que também teve a participação de Jair Renan, foi marcado a pedido de um assessor especial da Presidência.

BENEFÍCIO FISCAL

Desde setembro de 2019, a firma recebe um benefício fiscal, concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), de 75% no pagamento do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), válido até 2028; a penas 25% é pago. Trata-se de benefício muito diferente do concedido à maioria das empresas brasileiras. Um levantamento no Diário Oficial da União mostra também que, só em 2021, o grupo, composto por 17 mineradoras, já recebeu pelo menos 15 autorizações da Agência Nacional de Mineração (ANM) para prospectar novas áreas.

Não há irregularidades na redução de **impostos**, aval para pesquisas de campo ou intermediação de encontros com ministros, mas a proximidade de Jair Renan com a Gramazini e outras companhias despertou a atenção do Ministério Público Federal (MPF).

Frederick Wassef, advogado de Jair Renan Bolsonaro, informou, por meio de nota, que "seu cliente jamais recebeu ou ganhou carro elétrico da referida empresa mencionada na reportagem. Fato este inverídico."

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

"Adotar renda básica faria o Brasil gastar menos", diz Bregman



Rutger Bregman: "Você não salva as pessoas ensinando-as a nadar quando elas já estão se afogando"

Vandson Lima

Imagine a adoção no Brasil de uma renda básica, paga a todos os cidadãos de forma incondicional - não como um benefício, mas como um direito. Parece irreal? Pois o historiador holandês Rutger Bregman, best-seller traduzido em mais de 40 idiomas com "Utopia para Realistas", garante que é possível.

Mais que isso, ele afirma, em entrevista exclusiva ao Valor, que esta seria uma política com custo "menor que zero" no país. Ou seja, que pagaria por si própria, pois as experiências com renda básica em países em desenvolvimento atestam uma queda significativa dos custos para o Estado com outras áreas, como segurança pública, justiça e saúde, bem como um crescimento no número de cidadãos que se tornam aptos a pagar **impostos** no futuro.

Por isso, Bregman defende que o país use a experiência do auxílio emergencial para dar um passo adiante e buscar um programa de renda permanente.

Longe de ideologias e clichês, Bregman é um pragmático. Reuniu centenas de estudos acadêmicos para desmontar, à luz da ciência, uma série de preconceitos a políticas de distribuição de renda. Mostrou que as pessoas não passam a trabalhar menos por receberem auxílio e que programas com uma mecânica muito complicada de fiscalização e

cobrança de contrapartidas saem mais caros e são menos eficientes do que simplesmente dar dinheiro às pessoas para que elas cuidem de suas vidas. "Vamos ser claros: se as pessoas fossem naturalmente preguiçosas, egoístas e, dando-lhes dinheiro, nossa economia entraria em colapso, eu seria fortemente contra isso", aponta.

Bregman também se apoiou em uma miríade de pesquisas para afirmar que programas de qualificação, de educação financeira e mesmo investimentos em educação infantil funcionam pouco se as pessoas permanecem afundadas na pobreza. A velha máxima de "não dar o peixe, mas ensinar a pescar", diz, simplesmente não funciona. "Imagine você caindo no oceano, do que você precisa? Você não precisa de aulas de natação. Você precisa de alguém para tirá-lo do oceano primeiro. Depois disso as aulas de natação serão úteis. Mas você não salva as pessoas ensinando-as a nadar quando elas já estão se afogando", compara.

Boa parte do sucesso de Bregman pode ser atribuído à sua capacidade de abordar assuntos duros de maneira inventiva e bem-humorada. Ao falar sobre como o mundo se tomou um lugar mais próspero nos últimos dois séculos, ele lembra que a renda per capita hoje é dez vezes maior que em 1850; que um italiano médio é hoje 15 vezes mais rico que em 1880, e a economia global, 250 vezes maior do que era antes da Revolução Industrial - quando, nas palavras do autor, "quase todos, em todo lugar, ainda eram pobres, famintos, sujos, ateorizados, estúpidos, doentes e feios".

É com base nessa premissa que o escritor holandês se lançou em uma missão ainda mais ousada em seu novo livro, "Humanidade": defender, baseado na ciência, que os seres humanos são essencialmente decentes e que em tempos de crise nós nos mostramos especialmente altruístas e cooperativos. Um raciocínio desafiador para os brasileiros em tempos de pandemia, que parece jogar luz sobre nosso egoísmo mais entranhado.

Bregman diz que, segundo estudos, a sociedade brasileira tem um problema grave de confiabilidade, o que aumenta a burocracia e os custos da máquina pública. E foi direto ao dizer que nacionalismo não é algo ruim, mas que figuras como o presidente Jair

Bolsonaro se aproveitam de uma versão empobrecida da ideia e tornam seus eleitores pessoas piores.

Chamado de "um dos jovens pensadores mais proeminentes da Europa", pela Unesco, e de "prodígio holandês das novas ideias", pelo jornal inglês "The Guardian", Bregman, de 32 anos, falou ao Valor direto de sua casa, na pequena cidade de Houten, na Holanda, por chamada de vídeo. Entre os temas tratados, Brasil, seus livros e o impagável episódio em Davos, em 2019, quando participou de um painel de debate no Fórum Econômico Mundial e, basicamente, acusou os milionários participantes de falarem demais sobre filantropia, mas não pagarem devidamente seus **impostos**. O vídeo viralizou nas redes sociais.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: Muita gente no Brasil acredita que instituir uma renda básica é algo irreal, pois as pessoas se tornariam preguiçosas ou não trabalhariam mais. Mas as pesquisas que o senhor coletou mostram o contrário, certo?

Rutger Bregman: Vamos ser claros: se fosse verdade e as pessoas fossem naturalmente preguiçosas, egoístas e que, dando-lhes dinheiro de graça, nossa economia entraria em colapso, eu seria fortemente contra isso. Portanto, esta não é uma questão ideológica, mas científica e empírica. E o que temos são dezenas de estudos que mostram como as pessoas reagem a esses tipos de transferência. Eles são "mais baratos do que zero" para obter um retorno sobre o investimento.

Valor: De que forma?

Bregman: Acontece que se você tirar as pessoas da pobreza, você gasta menos com polícia, sistema judiciário, saúde. Você obtém cidadãos que podem investir em suas vidas e nas vidas das pessoas ao seu redor. Então, eles mudam para empregos melhores, abrem novas empresas e podem começar a pagar seus **impostos** também. É algo de que todos nós nos beneficiamos no final. Para entender isso, você precisa sair da soma zero, em que a quantidade de riqueza e prosperidade é fixa e só podemos distribuir o que temos. E mudar para uma visão "win-win", ou uma visão de crescimento, que, na verdade, se seu vizinho se sair melhor, você também se sairá melhor.

Valor: Algo assim é possível num país desigual como o Brasil?

Bregman: É extremamente importante que pessoas da classe média e as mais ricas no Brasil entendam: não são apenas os pobres que sofrem com a desigualdade, são também os ricos. Obviamente, não

tanto, mas todos sofrem se houver desperdício de capital humano. A pobreza é muito cara e é basicamente uma tragédia. Eu achei o Bolsa Família um grande passo, quer dizer, há um motivo pelo qual especialistas de todo o mundo foram ao Brasil estudar o programa e ver seus efeitos. E seria maravilhoso, um belo aspecto positivo desta crise se o auxílio emergencial pudesse ser estendido no futuro. Isso deve se tornar permanente.

Valor: E como tornar possível?

Bregman: A vantagem de torná-la uma simples transferência de dinheiro é que há menos oportunidades de corrupção. Se você projetar de forma transparente será mais fácil para os jornalistas verificar se o dinheiro realmente chega às pessoas, enquanto se você tiver uma estratégia muito complicada de combate à pobreza, temos todos os tipos de programas intermediários e torna-se muito difícil e caro. O Bolsa Família custa menos de 1% do **PIB** [0,4% do **PIB** atualmente] e já tem um impacto extremamente benéfico. Uma transferência de dinheiro universal em um país rico, como a Holanda, é bastante cara. Mas em um país como o Brasil, mesmo se você dedicar 4% do **PIB**, poderá ter resultados extraordinários.

Valor: Muitos também defendem que melhor do que transferência de renda, seria dar qualificação às pessoas. O senhor concorda?

Bregman: Alguns problemas aqui. Primeiro, há muitas evidências de que as pessoas que já estão presas na pobreza sofrem consequências cognitivas com isso. Há estudos poderosos de economistas comportamentais que mostraram que as pessoas em situação de pobreza têm um QI em média 14 pontos mais baixo. Isto não por causa de seu DNA ou biologia, mas das circunstâncias em que eles estão. Todos nós teríamos um QI mais baixo se vivêssemos basicamente na pobreza. É a chamada mentalidade da escassez [ver quadro abaixo]. Então o que você tem que fazer se quiser que as pessoas se desenvolvam é tirá-las da pobreza primeiro. Imagine-se caindo no oceano, do que você precisa? Você não precisa de aulas de natação. Você precisa de alguém para tirá-lo do oceano primeiro e depois as aulas de natação serão úteis. Mas você não salva as pessoas ensinando-as a nadar quando já estão se afogando.

Valor: É começar pelo básico

Bregman: Obviamente, não sou contra a educação nem mesmo contra alguns tipos de paternalismo governamental para fazer com que as pessoas se desenvolvam. Mas você precisa começar com o básico, colocar um teto acima de suas cabeças,

garantir que elas tenham uma renda para pagar suas necessidades básicas. Sem isso, todo o resto é inútil. O mais importante aqui é ter uma abordagem pragmática, não se tornar muito ideológico, porque é aí que as coisas dão errado nesses debates. Onde as pessoas à esquerda dizem "oh, nós temos que ajudar os pobres porque é tão triste e tão injusto, blá-blá-blá", o que é verdade, mas não ajuda a convencer o outro lado.

Valor: Há uma origem nos preconceitos contra a renda básica?

Bregman: Especialmente na cultura ocidental, existe uma ideia incrivelmente antiga, mas muito influente, de que as pessoas são fundamentalmente egoístas. E é tão popular porque, se as pessoas não podem confiar umas nas outras, então você precisa de hierarquia, de desigualdade. Você precisa dos ricos, da polícia e dos militares para controlar as massas. Se você disser que as pessoas são decentes, você pode confiar nelas e pode dar aos pobres algum capital de risco para que eles possam fazer suas próprias escolhas em suas vidas, é perigoso para os que estão no topo. É por isso que especialmente os ricos têm medo da renda básica. Mas há fortes evidências coletadas por psicólogos e sociólogos de que mesmo os ricos pagam um preço psicológico por viver em uma sociedade com alta desigualdade. Vemos que, por exemplo, a taxa de infelicidade e a quantidade de depressão também são maiores entre os ricos de países desiguais. A desigualdade é um veneno para todos. É melhor ser rico na Suécia, Holanda ou Dinamarca, onde você tem que pagar muito mais **impostos**, do que nos EUA ou no Brasil.

Valor: Em seu novo livro, "Humanidade", o senhor defende que as pessoas são essencialmente decentes e que, em momentos de crise, tendem a ser mais altruístas e cooperativas. Parece difícil acreditar nisso neste momento no Brasil. Estou sendo pessimista?

Bregman: Há uma velha questão que os sociólogos têm perguntado na "World Values Survey": em média, você acha que as pessoas podem ser confiáveis ou você precisa tomar cuidado com estranhos? E é muito diferente em cada país. Se você olhar para a Noruega, 70% dizem que as pessoas podem ser confiáveis. Se você olhar para os EUA, em 1950, 50% a 60% das pessoas disseram que sim, as pessoas podem ser confiáveis, mas esse número caiu para 30% agora. Isso foi perguntado no Brasil e verifica-se que não há nenhum país em todo o mundo com pontuação tão baixa quanto o Brasil. Na enquete, apenas 5% disseram que sim, a maioria das pessoas é confiável.

Valor: Isso é problemático?

Bregman: A confiança é o capital mais valioso que você pode ter como sociedade. Isso torna tudo mais eficiente. O capitalismo não pode realmente funcionar sem confiança, porque se você precisa começar a fazer contratos para tudo, precisa de advogados e burocratas o tempo todo, torna tudo incrivelmente ineficiente.

Valor: Como nacionalismo ou populismo afetam nossa noção de bondade ou decência?

Bregman: Há pessoas na esquerda que veem o nacionalismo como algo naturalmente perigoso, usado principalmente para excluir os outros grupos, os refugiados, os imigrantes, as pessoas que não são locais. Eu tenho uma visão diferente. Acho que um sentimento de pertencimento é como uma casa com bases fortes. Então se você tiver isso, você realmente sabe quem você é, de onde você vem. Uma vez que você não sabe mais quem você é, as pessoas começa a se apegar a alguma forma um tanto superficial de identidade nacional que pode se tornar bastante violenta ou extremista.

Valor: É preciso então um nacionalismo mais evoluído, digamos?

Bregman: Eu defendo uma forma mais profunda de identidade nacional em que você realmente evolua em sua história. E aqui também se aplica o conceito de vergonha. Eu tenho vergonha da história colonial do meu país, a Holanda, tenho vergonha da escravidão que só foi abolida na metade do século XIX. Portanto, todo o conceito de vergonha implica que você se importe com algo. Portanto, tenha orgulho de ser brasileiro, tenha orgulho de sua identidade nacional, de torcer por seu time de futebol.

Valor: O presidente Bolsonaro se opôs ao distanciamento social, ao uso de máscaras e mostrou resistência às vacinas. Pessoas como Bolsonaro tornam seus eleitores piores?

Bregman: Sim, provavelmente é o caso. Os líderes podem apelar para os melhores ângulos de nossa natureza, para o que significa fazer sacrifícios e construir pontes, mas podem fazer o oposto. Isso também vale também para alguém como Trump: eles são sintomas de problemas mais profundos, da história da desigualdade, do racismo e do que aconteceu nas últimas duas décadas. Não sou otimista, o otimismo é uma forma de complacência, quando se diz 'vai dar tudo certo'. Defendo a esperança, o reconhecimento de que as coisas não precisam ser assim. A história tem coisas bizarras, como falamos, porque pode-se ter uma pandemia horrível e isso alavancar um programa de transferência de renda permanente.

Valor: O senhor viralizou nas redes com um vídeo em que participa do Fórum Econômico Mundial em Davos dizendo que os ricos deveriam falar menos em filantropia e pagar seus **impostos** corretamente. Pode falar mais sobre o episódio?

Bregman: Para ser honesto, aquilo foi um acidente [risos]. Pediram-me para falar sobre "Utopia para Realistas", renda básica, que se tornou uma ideia popular nas elites de tecnologia. Eles pensaram que eu era um escritor de não ficção inocente, que apenas daria um discurso feliz. E eu acho que faria isso, apenas para promover meu livro e sair. Mas enquanto participava das conferências fiquei desconfortável e pensei "uh, este é um lugar tão bizarro". Você tem todo esse pessoal falando sobre desigualdade e feminismo e mudança climática, mas não sobre seus próprios modelos de negócios corruptos e suas evasões fiscais.

Valor: Qual foi a reação depois?

Bregman: Havia jovens na plateia e jornalistas e eles adoraram, acharam hilário. Mas obviamente havia alguns milionários também e eles realmente não gostaram. Mas não esperava que fosse viralizar, tinha algumas centenas de pessoas assistindo ao vivo apenas. Eu fiz isso principalmente para aliviar minha própria consciência. Mas um site americano encontrou no Twitter e fez um vídeo legal e então explodiu.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Para saber mais sobre os efeitos da pobreza

Best-seller, Bregman ajuda a popularizar produção acadêmica de ponta sobre distribuição de renda

■ Para se iniciar na obra de Rutger Bregman:



"A pobreza não é falta de caráter: é falta de dinheiro".

Palestra de 15 minutos apresentada por Bregman na plataforma TED talks. A história de 500 anos da renda básica e uma esquecida experiência que funcionou.



"Humanidade: uma história otimista do homem"
Editora Crítica, (2021)



"Utopia para Realistas: Como construir um mundo melhor"
Editora Sextante, (2018)

"Escassez: Uma nova forma de pensar a falta de recursos"
(Best Business, 2016).



Uma revolucionária teoria sobre a pobreza é proposta por Eldar Shafir, psicólogo da Universidade de Princeton, e Sendhil Mullainathan, economista de Harvard. Eles descobriram, comparando testes cognitivos de cultivadores de cana-de-açúcar na Índia rural antes e depois do período da colheita (quando recebem 60% de sua renda anual de uma única vez), que os resultados eram bem piores no período de escassez. Com a banda mental comprometida pela preocupação com a falta de dinheiro, o efeito foi de 13 ou 14 pontos a menos de quociente intelectual (QI) - algo comparável a perder uma noite de sono ou aos efeitos do alcoolismo.

Emprego formal em janeiro bate recorde



» **Rosana Hessel**

O governo federal registrou, em janeiro, volume recorde de criação de empregos formais. Conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia, divulgados ontem, foram criadas 260.353 vagas de trabalho com carteira assinada no primeiro mês de 2021, revertendo o saldo negativo de dezembro, nos dados com ajustes. O salário médio de admissão ficou em R\$ 1.760,14 - 1,15% acima dos R\$ 1.740,08 de dezembro.

O número contabilizando em janeiro foi o maior para o mês desde o início da série histórica, iniciada em 1992, e ficou 121% acima dos 117.793 no mesmo intervalo de 2020. Mas analistas ouvidos pelo Correio afirmam que é preciso cautela ao analisar tais números, pois, com o agravamento da pandemia do novo coronavírus, não se verá números tão positivos pelo menos até junho.

Um dos motivos é que a atividade econômica não decolará tão facilmente, devido ao atraso na vacinação e ao aumento expressivo de casos e de mortes pela covid-19. Isso tem feito as projeções indicarem queda do Produto Interno Bruto (**PIB**) no primeiro e no segundo trimestres deste ano - ou seja, uma recessão técnica em um cenário de **inflação** crescente.

Bons efeitos Analistas destacam que o aumento de vagas formais em janeiro está relacionado mais aos efeitos do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) do que à retomada da economia. O empregador que aderiu ao plano para redução de jornada e salário não poderá demitir o funcionário até agosto, dependendo do mês em que o acordo foi celebrado. Conforme dados do Ministério da Economia, 3,5 milhões de trabalhadores não puderam

ser mandados embora em janeiro porque estavam protegidos pelo BEm.

Não à toa, o saldo computado pelo Caged ficou bem acima das projeções do mercado. "O número veio mais forte do que imaginávamos e tem os efeitos do BEm. Mas haverá uma boa desaceleração na abertura de empregos formais até a junho, porque a atividade econômica ainda não deve se recuperar no cenário de agravamento da pandemia e com estados adotando medidas de distanciamento", avaliou a economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, que previa 170 mil vagas formais em janeiro. Segundo ela, mesmo com a prorrogação do BEm e de programas de crédito com o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), o volume de geração de emprego não deve se elevar devido ao agravamento da pandemia.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, salientou que, apesar de janeiro, "é provável que em fevereiro e em março tenhamos reversão de parte desse crescimento. O BEm foi um programa que funcionou e deveria ser pensado em como ser mantido na pandemia. Se voltar, pode manter as pessoas protegidas".

Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos, reforçou que o bom resultado do Caged de janeiro não é capaz de reverter a perspectiva ruim para o trabalho nos próximos meses. "O recrudescimento da pandemia rouba a perspectiva sobre os cenários positivos", observou.

Ao apresentar os dados do Caged, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, criticou as medidas de distanciamento social adotadas por vários estados. "O fechamento generalizado traz problemas significativos para a economia. Preservar emprego e renda é preservar a segurança alimentar", afirmou.

A indústria liderou o ranking das contratações, respondendo por 90.431 vagas, e o setor de serviços registrou o segundo maior volume de admissões, 83.686. O comércio foi o que menos empregou: 9.848. Os dados mostram que São Paulo foi o estado onde apareceram mais novos postos: 75.203. Na contramão, Alagoas, Paraíba e Rio de Janeiro registraram fechamento de vagas.

Sinal verde para a venda da Eletrobras O Conselho do

Programa de Parcerias de Investimentos aprovou, ontem, a inclusão da Eletrobras no Programa Nacional de Desestatização e a qualificação no Programa de Parcerias de Investimento. É o sinal verde para que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social inicie os estudos de avaliação para o processo de capitalização da empresa. A Medida Provisória 1.031/21 manteve entre os ativos da Eletrobras a usina de Tucuruí, que assinará um novo contrato de concessão por 30 anos. O governo também divulgou, ontem, mais detalhes de como pode ser a privatização dos Correios. Estudos indicam que a melhor opção é a desestatização unificada da empresa.

Melhor da história

Em janeiro, foram geradas 260,3 mil vagas formais no mercado de trabalho, maior volume da série histórica do Caged, segundo o Ministério da Economia.

Evolução mensal
Mês Saldo da diferença entre
admissões e demissões
jan20 117.793
fev20 225.414
mar20 -274.091
abr20 -954.571
mai20 -368.800
jun20 -27.054
jul20 138.135
ago20 243.012
set20 317.509
out20 391.144
nov20 397.575
dez20 -93.726
jan21 260.353

Setores que mais criaram vagas em janeiro
Segmento Vagas criadas
Indústria 90.431
Serviços 83.686
Construção 43.498
Agropecuária 32.986
Comércio 9.848

» Estoque de vagas no mercado de trabalho - 39.623.321
» Salário médio das admissões em janeiro - R\$ 1.760,14
*Fonte: Caged/Ministério da Economia

Aumento na taxa básica seria cloroquina da política econômica (2)

Nelson Marconi, Professor da Escola de Administração de São Paulo da FGV. Foi coordenador do programa de governo de Ciro Gomes nas eleições presidenciais de 2018

O mercado desejou, em uníssono, o aumento da Selic, fazendo marcação cerrada sobre o Copom. Se optar pela alta, certamente será uma decisão equivocada. Subir a taxa de juros com o nível de desemprego atual e a inoperância do governo no combate à pandemia só prejudicará mais a economia e a população.

Os defensores da elevação da taxa de juros afirmam que, por consequência, ingressará mais capital no país e taxa de câmbio se reduzirá, ajudando a evolução da taxa de **inflação**, que está acima da meta; se as reformas tivessem sido encaminhadas, a pressão sobre os preços seria menor, e o peso dos juros e do câmbio sobre a **inflação**, idem.

Concordo que a taxa de câmbio está em um patamar um pouco acima do necessário, mas a alta na taxa de juros não mudará esse cenário. Desde agosto a Selic encontra-se estável no patamar de 2%, portanto já são sete meses, e o câmbio tem oscilado bastante, mais até do que em períodos anteriores em que a Selic era mais alta.

Para termos uma noção dessa volatilidade, a taxa de câmbio correspondia a R\$ 5,27 em 4 de agosto, atingiu R\$ 5,56 em 4 de novembro, depois caiu até R\$ 5,06 em 16 de dezembro, subindo novamente até R\$ 5,74 no dia 9. Parece evidente que não há relação entre o comportamento dos juros e de câmbio nesse período, a não ser que as taxas em outros países também tivessem oscilado na direção de alta e baixa de forma acentuada, o que não ocorreu.

Essa movimentação do câmbio está, na verdade, associada à ausência de perspectiva na política econômica, no combate à pandemia, na estabilização da relação dívida/**PIB** a longo prazo e na conjuntura política, reforçada pela existência de um dos maiores mercados futuros de câmbio do planeta, que possibilita uma série de operações especulativas que se aproveitam desse cenário.

Em relação à **inflação**, por sua vez, a pressão forte dos alimentos se deveu à alta dos preços das commodities no exterior, o que também pressionou o

preço de insumos industriais e, mais recentemente, dos combustíveis. Daí pergunto: qual a influência direta da alta das taxas de juros sobre esses preços? Nenhuma!

Já conhecemos os impactos negativos do controle da taxa de câmbio, visando a sua valorização, sobre o setor produtivo e os empregos mais qualificados da economia.

Quando olhamos o comportamento da **inflação**, vemos que o pico das variações ocorreu entre setembro e dezembro, que foram decisivas para determinar a variação de 5,2% nos últimos 12 meses até fevereiro. Neste último mês, o impacto mais incisivo decorre da alta dos combustíveis.

A **inflação** de serviços -importante sinal do comportamento da demanda, sobre a qual a taxa de juros exerceria influência- subiu em fevereiro devido ao reajuste das mensalidades escolares, típico desse período. Novamente, qual a influência dos juros sobre a definição dos períodos de reajuste de mensalidades? Zero!

Subir os juros no atual cenário equivale a receitar cloroquina para quem está na UTI. Só piorará um cenário já deteriorado. Inibirá mais os investimentos produtivos e elevará o custo de financiamento da dívida. É um atentado contra a economia brasileira.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49468>

Cesta básica fica 33% mais cara sob Bolsonaro, e lista de compras encolhe

Nos dois primeiros anos de governo Jair Bolsonaro, a capacidade de compra do brasileiro assalariado encolheu. Entre o início deste ano e o mesmo período em 2019, o preço da cesta básica de alimentos subiu 32,56%.

Com R\$ 100 em janeiro de 2019, o consumidor saía do supermercado com 11 produtos básicos, como arroz, feijão, açúcar e café e ainda poderia levar um quilo de carne de primeira, pão francês e queijo muçarela. Até um pacote de biscoito recheado poderia entrar no carrinho.

Em abril de 2020, quando o auxílio de R\$ 600 começava a ser pago, os preços já estavam mais altos, e isso exigiu que o consumidor fizesse escolhas.

Com esses mesmos R\$ 100, a carne de primeira teve de ser cortada. No lugar, entrou o frango resfriado. Assim, manteve o mesmo número de itens, mas precisou escolher uma proteína mais em conta.

Quase um ano depois, o paulistano consegue, com os mesmos R\$ 100 no bolso, levar mais itens para casa, mas terá de abrir mão das quantidades e fazer mais substituições.

Os 5 kg de arroz terão de ser trocados por 3 kg. O biscoito recheado já não entrará na cesta de compras, e o quilo da muçarela será cortado pela metade. Com as reduções, ele conseguirá manter a compra do frango e levar macarrão e extrato de tomate.

O governo deve retomar os pagamentos do auxílio em abril, mas em valor inferior. Em média, será de R\$ 250. Com esse dinheiro, o beneficiário conseguirá comprar, em São Paulo, cerca de 39% de uma cesta completa de alimentos. Na capital paulista, ela custou, em média, R\$ 639,47.

Hoje, o brasileiro gasta em média mais da metade (54,23%) do salário mínimo líquido para comprar a cesta básica. Na cidade de São Paulo, que detém o segundo maior preço pelo conjunto de produtos, o percentual de comprometimento chega a 62,85%.

"Se você pensar em uma família de baixa renda, em que todos são informais, eles já perderam renda na pandemia e agora estão sem o auxílio. As possibilidades vão ficando cada vez mais restritas, e o

acesso a uma alimentação completa e três refeições vai diminuindo", diz Patrícia Costa, supervisora da pesquisa de preços do Dieese.

O pacote de arroz com cinco quilos, que há dois anos custava R\$ 11,84, em média, na capital paulista, chegou a R\$ 24,02 em janeiro. O preço mais que dobrou, segundo a pesquisa feita pelo Dieese com o Procon-SR. O presidente chegou a pedir aos varejistas lucro "próximo de zero" após a disparada no preço.

A alta dos alimentos durante a pandemia foi quase o triplo da **inflação** oficial, medida pelo IPCA.

Enquanto o índice registrou variação de 5,20% nos 12 meses até fevereiro, a alta de preços na cesta de alimentos passou de 20% em 12 capitais.

Com isso, a lista de compras teve que encolher ou mudar para acomodar a mesma renda. "O poder de compra de fato encolheu. A **inflação** geral ficou em 5%, mas a dos alimentos está em 15%, e nossa cesta acumula 24% em São Paulo. A conta não fecha", diz Patrícia.

Já em fevereiro, o preço da cesta básica caiu na maioria das capitais, segundo Patrícia, reduzindo o impacto das altas da passagem do ano.

Na avaliação dela, o resultado mostra o efeito da combinação de oscilações sazonais, como o aumento no escoamento de produtos como batata e tomate, com a redução da demanda interna.

Com o fim do auxílio, milhares de famílias tiveram redução de renda. "O auxílio foi muito importante para que as pessoas continuassem comendo. Em janeiro, você já começa a ver que essa população passa a ter dificuldade de comprar alimentos." "Já vemos as pessoas comprando menos produtos como manteiga e queijo, está havendo menor demanda. No ano passado, houve aumento expressivo no consumo desses alimentos", diz.

O salário mínimo, hoje em R\$ 1.100, foi reajustado, na passagem de 2020 para 2021, em índice inferior ao do INPC, outro indicador calculado pelo IBGE e usado como referência para o aumento do piso e das aposentadorias.

A diferença será compensada no ajuste de 2022, mas quem recebe o mínimo viverá este ano com R\$ 2 a menos até lá.

- "A **inflação** geral ficou em 5%, mas a dos alimentos está em 15%, e nossa cesta acumula 24% em SP. A conta não fecha" Patrícia Costa supervisora da pesquisa de preços do Dieese

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

68

Lista de compras

O que dava/dá para comprar com R\$ 100...

... em jan.19 (cesta pré-crise)

	Em R\$
• Arroz (5 kg)	11,84
• Feijão-cariquinha (kg)	4,23
• Açúcar refinado (5 kg)	9,9
• Café em pó (500g)	7,68
• Batata (kg)	4,21
• Cebola (kg)	4,08
• Alho (200 g)	3,95
• Carne de primeira (kg)	23,63
• Pão francês (0,5 kg)	5,74
• Biscoito recheado (pacote 130/150g)	1,51
• Queijo muçarela fatiado (kg)	28,67



... em abr.20 (cesta do início da pandemia)

	Em R\$
• Arroz (5 kg)	14,44
• Feijão-cariquinha (kg)	6,86
• Açúcar refinado (5 kg)	12,35
• Café em pó (500g)	7,35
• Batata (kg)	5,29
• Cebola (kg)	5,12
• Alho (200 g)	6,96
• Carne de primeira (kg)	
• Frango resfriado inteiro (kg)	7,46
• Pão francês (0,5 kg)	6,18
• Biscoito recheado (pacote 130/150g)	1,66
• Queijo muçarela fatiado (kg)	29,81



... em jan.21 (cesta 9 meses em pandemia)

	Em R\$
• Arroz (5 kg) (3 kg)	14,41
• Feijão-cariquinha (kg)	6,98
• Açúcar refinado (5 kg)	13,99
• Café em pó (500g)	7,59
• Batata (kg)	6,49
• Cebola (kg)	4,41
• Alho (200 g)	5,3
• Frango resfriado inteiro (kg)	8,88
• Pão francês (0,5 kg)	6,40
• Biscoito recheado (pacote 130/150g)	
• Queijo muçarela fatiado (kg) (½ kg)	20,83
• Extrato de tomate (340/350g)	4,22
• Macarrão com ovos (500g)	2,73



Preço da cesta básica em 17 capitais em janeiro

	Quanto custa (em R\$)	Varição mensal (em %)	Quanto do salário mínimo é gasto (em %)
Florianópolis	639,81	-1,77	62,88
São Paulo	639,47	-2,24	62,85
Porto Alegre	632,67	1,03	62,18
Rio de Janeiro	629,82	-2,20	61,90
Vitória	609,27	-2,46	59,88
Brasília	591,44	-3,72	58,13
Belo Horizonte	573,53	-3,16	56,37
Curitiba	572,77	2,33	56,29
Goiânia	560,67	-2,45	55,10
Campo Grande	551,58	-4,67	54,21
Fortaleza	523,46	-1,78	51,45
Belém	512,95	1,11	50,41
João Pessoa	484,54	2,69	47,62
Salvador	479,19	-1,99	47,09
Recife	469,71	-0,95	46,16
Natal	464,43	2,19	45,64
Aracaju	445,90	-1,10	43,82

Fontes: Dieese e Procon-SP

PEC do auxílio emergencial cria nova regra com limite para a dívida pública



Nova regra. Waldery disse que aprovação da PEC garantiu arcabouço para controle das contas melhor do que havia antes

Adriana Fernandes

A dívida pública passará a ser a principal âncora da política fiscal brasileira para garantir a sustentabilidade e enfrentamento do rombo das contas públicas. A introdução de uma meta para a dívida pública no arcabouço das regras fiscais do País foi incluída na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do auxílio emergencial, promulgada esta semana pelo Congresso.

Para garantir a sustentabilidade fiscal, a emenda prevê a necessidade de definição de uma trajetória de convergência do montante da dívida com os limites a serem definidos. O texto autoriza medidas de ajuste para as contas públicas alcançarem a trajetória desejada e o planejamento de alienação de ativos para a redução da dívida, como é o caso das privatizações de empresas e venda de imóveis.

A medida, que alcança as finanças do governo federal, Estados e municípios, pode colocar o Brasil numa nova geração de regras fiscais que já é adotada em vários países, na avaliação da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes.

A ideia é que a dívida passe a ser o principal "termômetro" fiscal e ajude também a aumentar a potência da política de juros do Banco Central, garantindo maior previsibilidade para o endividamento público.

Para entrar em vigor, uma lei complementar precisa ainda ser aprovada com a regulamentação dos mecanismos de funcionamento da nova âncora, apontando uma trajetória para o alcance da dívida em

relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**). A ideia do Ministério da Economia é não demorar com o envio do projeto ao Congresso.

A própria emenda diz que a lei complementar pode autorizar a aplicação dos mesmos gatilhos (medidas de corte de despesas) já previstos, como o congelamento de salários dos servidores.

A nova âncora vai conviver e se interligar com as outras três regras fiscais: teto de gastos, meta de resultado primário e a regra de ouro. O teto limita o crescimento das despesas à variação da **inflação**; a meta de resultado primário é a diferença entre receitas e despesas, menos o pagamento de juros. Já a regra de ouro impede que o governo se endivide para pagar gastos correntes, como salários e custeio da máquina.

O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, disse ao Estadão que a aprovação da PEC garantiu um arcabouço para o controle das contas públicas melhor do que havia antes.

Rodrigues listou 12 medidas (veja acima) que formam a "espinha dorsal" do reforço fiscal da nova emenda constitucional, que inclui também medidas que desarmam "bombas fiscais" para o futuro.

"Conversa de regras". As atuais três regras vão ter de conversar tendo como referencial a dívida pública, explicou o secretário.

Segundo ele, a lei complementar é que vai definir os parâmetros de como a ancoragem da dívida será feita. Hoje, a dívida bruta do governo está em 89,7% do **PIB** (o último dado disponível é de janeiro). Qual o parâmetro para que a torne sustentável e a sua trajetória são o que a regulamentação vai detalhar.

"Um indicador que temos é o nível médio do endividamento hoje que é da ordem de 51% dos países emergentes que têm grau de investimento", disse.

No melhor momento da série do Banco Central, em dezembro de 2013, a dívida pública brasileira chegou a 51,5% do **PIB**.

Entre os parâmetros para definir a meta de endividamento está o tamanho que o caixa do Tesouro

tem de ter para assegurar a confiabilidade na gestão da dívida.

"A nova âncora traz para o Brasil o que há de melhor em práticas de regra fiscal que existe no mundo e recomendadas também pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)", afirmou Daniel Borges, diretor de programa do Ministério da Economia, que trabalhou na elaboração da proposta.

Borges explicou que hoje o governo calcula a meta de resultado primário com o "insumo" do teto de gastos para depois fazer as projeções de dívida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A dívida está no final da linha. O que se quer é inverter esse processo. Nada muda, segundo ele, na meta fiscal e no teto de gastos. Já a regra de ouro deve ser aprimorada na regulamentação da nova meta de dívida, antecipou o secretário Waldery Rodrigues.

O coordenador-geral de estudos econômico-fiscais do Tesouro, Rafael Araújo, compara a nova âncora a um instrumento de controle do nível de endividamento equivalente ao que faz o regime de meta de inflação dando clareza para a trajetória futura.

O governo define um parâmetro para a alta dos preços e o Banco Central calibra os juros para alcançá-lo.

Ex-secretário do Tesouro, Carlos Kawall disse que medida incluída segue estudo feito pela equipe do Tesouro para evoluir para uma regra que combine superávit primário com meta de dívida/PIB. "Acho positivo e me parece que a ideia é evoluir nessa direção pós-teto de gastos.

Mas não vejo mudança no curto prazo", disse o atual diretor do Asa Investments. Para ele, a medida depende da lei complementar e não vai avançar antes da eleição.

Coordenador do Observatório Fiscal do Ibre-FGV, Manoel Pires, diz que a previsão de limite de dívida já existe na Lei de Responsabilidade Fiscal e nunca avançou: "O governo está tentando dar uma renovada nesse debate para ver se consegue avançar para aprovar uma legislação mais completa". Para ele, é preciso acompanhar no detalhe a regulamentação.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

GANHOS FISCAIS

Principais medidas de reforço fiscal e desarmamento de bombas para o controle das contas

● **Precatórios**

Fim da linha de crédito de R\$ 117 bilhões que a União teria de bancar para Estados e municípios pagarem precatórios (valores devidos a pessoas físicas ou empresas após sentença definitiva na Justiça)

● **Lei Kandir**

Garante segurança jurídica ao fim da compensação aos Estados da Lei Kandir, que desonerou as exportações do ICMS

● **Calamidade pública**

Estabelece competência privativa ao presidente da República de propor ao Congresso a decretação de calamidade pública de âmbito nacional. O Congresso

não poderá mais fazer de forma unilateral

● **Fundos**

Possibilidade de utilização do superávit financeiro dos fundos, por três anos, para pagamento de dívida. Um valor superior a R\$ 100 bilhões que vai ajudar na gestão da dívida

● **Gatilhos**

Regulamenta o acionamento dos gatilhos do teto de gastos (regra constitucional que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação) pelo governo federal

● **Âncora**

Inclusão de novo arcabouço fiscal à dívida como sua principal âncora

● **Políticas públicas**

Previsão constitucional de avaliação dos programas de políticas públicas, como por exemplo, o Bolsa Família. O Orçamento terá de levar em conta a avaliação

● **Despesas x receitas**

Permite que os chefes dos Estados e municípios acionem automaticamente gatilhos (medidas de cortes de gastos) quando as despesas correntes ultrapassarem 95% das receitas correntes

● **Maquiagem fiscal**

Inclusão expressa de despesas com pensionistas no limite de despesas de pessoal acabando com maquiagem contábil nas contas dos Estados e municípios para evitar o estouro do limite

● **Medidas de ajuste**

Proíbe a concessão de empréstimos e garantias para Estados e

municípios que não adotem medidas de ajustes durante a calamidade nacional

● **Repasses duodecimais**

Veda a transferência para fundos dos repasses duodecimais (fatias da receita prevista no Orçamento que são repassadas mensalmente, sem prejuízo) dos demais Poderes. O superávit desses fundos é restituído ao Tesouro. A medida evita que esses fundos de Legislativo e Judiciário tenham sobra de dinheiro enquanto o Executivo passa por dificuldades

● **Tributos**

Plano de redução gradual dos incentivos e benefícios de natureza tributária (subsídios, isenções e desonerações) para 2% do PIB em 8 anos (o patamar atual é de aproximadamente 4,2% do PIB)

● **Renovar legislação**

“O governo está tentando dar uma renovada nesse debate para ver se consegue avançar para aprovar uma legislação mais completa.”

Manoel Pires

OBSERVATÓRIO FISCAL DO IBRE-FGV

Nova reforma política seria um retrocesso

(3)

Logo que assumiu a presidência da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) criou um grupo de trabalho para tratar de uma nova **reforma política**, que poderá causar danos graves ao sistema eleitoral brasileiro. A deputada bolsonarista Bia Kicis (PSL-DF), nova presidente da estratégica Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), já colocou tais propostas na lista de prioridades para análise a partir desta semana, ao lado da reforma administrativa.

Enquanto esta é absolutamente necessária e urgente, o Brasil decididamente não precisa de outra **reforma política** neste momento. Basta continuar implementando as mudanças já aprovadas em 2017, como o fim das coligações partidárias em pleitos proporcionais (para deputados federais, estaduais e vereadores) e a cláusula de desempenho (que estabelece percentuais mínimos de votação para partidos terem direito a representação).

É grande a possibilidade de mais uma vez tentarem substituir o sistema proporcional de votos pelo monstrengo conhecido como "distritão" em que os candidatos concorrem entre si e são eleitos os mais votados, sem nenhum tipo de critério partidário. Quando Eduardo Cunha (PMDB-RJ) presidia a Câmara, bateu-se por uma emenda constitucional que criava o "distritão". Não conseguiu o mínimo de 308 votos exigidos para aprová-la. Agora, o perigo volta ameaçar a política brasileira.

Em artigo na "Folha de S. Paulo", o cientista político Jairo Nicolau, da FGV-Rio, critica a intenção de substituir "o melhor sistema eleitoral da nossa história" pelo "distritão", o pior de todos os sistemas eleitorais, segundo enquete com 169 cientistas políticos. A ideia de transformar cada estado num superdistrito seria, diz Nicolau, um modo eficaz de acabar com os partidos, base da democracia representativa. Trata-se do modelo perfeito para eleger celebridades como youtubers, radialistas, atores, atletas ou lideranças religiosas. A política passaria a ser ainda mais exercida de forma personalista por "puxadores devoto". Daí os defensores do "distritão" serem políticos com estrutura própria de captação de apoio, "com grande crença na probabilidade de vitória". Quanto ao eleitor, se não votar em vitorioso, jogará o voto fora, pois ele não será mais transferido dentro da legenda do candidato.

Outro risco é o apoio de Lira ao pleito dos pequenos partidos que querem a volta das coligações nas eleições proporcionais e o fim da cláusula de desempenho. As alianças foram suspensas desde as eleições municipais do ano passado, para respeitar a destinação que o eleitor dá ao voto. A cláusula de barreira começou a vigorar em 2018, com a exigência de 1,5% dos votos à Câmara, distribuídos por ao menos nove estados (com 1% em cada um deles). Chegará em 2030 a 3% dos votos, com 2% em nove estados. Sem atingir esses limites, os partidos perdem as cadeiras. Como prova da eficácia da medida, Nicolau destaca que, na eleição municipal, dos 32 partidos registrados, 23 puderam usar recursos do fundo partidário, e os 9 que não haviam atingido a cláusula em 2018 receberam valores menores.

A comissão criada por Lira abre caminho a novo retrocesso, com o risco de pulverizar ainda mais o quadro partidário, degradar a representatividade, prejudicar a governabilidade e lubrificar esquemas fisiológicos. A CCJ da Câmara e o Congresso deveriam esquecer as propostas de **reforma política**. Têm muito mais o que fazer.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>